



A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE PODER.¹

ALEXANDER WENDT²

**TRADUTOR: RODRIGO DUQUE ESTRADA
UNIPAMPA**

E-mail: rodpanzera@gmail.com

O debate entre realistas e liberais tem reemergido como um eixo de disputa em teoria de relações internacionais³. Se, no passado, girava em torno de teorias competitivas sobre a natureza humana, o debate está hoje mais preocupado com a extensão até a qual a ação estatal é influenciada pela "estrutura" (anarquia e distribuição do poder) *versus* "processo" (interação e aprendizagem) e instituições. A

¹ Este artigo é uma tradução para o português do original: WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, vol. 46, n. 2, 1992, p. 391-425.

² Este artigo foi negociado com muitas pessoas. Se meus registros estão corretos (peço desculpas se não estiverem), os agradecimentos são devidos particularmente a John Aldrich, Mike Barnett, Lea Brilmayer, David Campbell, Jim Caporaso, Simon Dalby, David Dessler, Bud Duvall, Jean Elshain, Karyn Ertel, Lloyd Etheridge, Ernst Hass, Martin Hollis, Naeem Inayatullah, Stewart Johnson, Frank Klink, Steve Krasner, Friedrich Kratochwil, David Lumsdaine, M. J. Peterson, Spike Peterson, Thomas Risse-Kappen, John Ruggie, Bruce Russett, Jim Scott, Rogers Smith, David Sylvan, Jan Thomson, Mark Warren e Jutta Weldes. O artigo também foi beneficiado pelas apresentações e seminários na Universidade Americana, Universidade de Chicago, Universidade de Massachusetts (Amherst), Universidade de Siracusa, Universidade de Washington (Seattle), Universidade da Califórnia (Los Angeles) e Universidade de Yale.

³Cf. Joseph Grieco, "Anarchy and the Limits of Cooperation: A Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism", *International Organization* 42 (Verão 1988), pág. 485-507; Joseph Nye, "Neorealism and Neoliberalism", *World Politics* 40 (Janeiro 1988), pág. 235-51; Robert Keohane, "Neoliberal Institutionalism: A Perspective on World Politics", em sua coletânea de artigos intitulada *International Institutions and State Power* (Boulder, Colo: Editora Westview, 1989), pág. 1-20; John Mearsheimer, "Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War", *International Security* 13 (Verão 1990), pág. 5-56, ao lado das correspondências publicadas subsequentemente, relacionadas aos artigos de Mearsheimer; e Emerson Niu e Peter Ordeshook, "Realism Versus Neoliberalism: A Formulation", *American Journal of Political Science* 35 (Maio 1991), pág. 481-511.



ausência de autoridade política centralizada força os estados a desempenharem uma política de poder competitiva? Podem os regimes internacionais superar essa lógica, e sob quais condições? O que, na anarquia, é dado e imutável, e o que é passível de mudança?

O debate entre “neorrealistas” e “neoliberais” tem sido baseado num compromisso compartilhado de “racionalismo”⁴. Como todas as teorias sociais, a teoria de escolha racional nos leva a fazer certas perguntas em detrimento de outras, tratando as identidades e os interesses de agentes como algo exogenamente dado e focando-se em como seus comportamentos geram resultados. Como tal, o racionalismo oferece uma concepção fundamentalmente comportamental sobre processos e instituições: estes mudam o comportamento, mas não identidades e interesses⁵. Além dessa forma de enquadrar problemas de pesquisa, os neorrealistas e neoliberais compartilham pressupostos geralmente similares acerca dos agentes: os estados são os atores dominantes no sistema e definem a segurança em termos de “autointeresse”. Os neorrealistas e neoliberais podem discordar sobre a extensão até a qual os estados são motivados por ganhos relativos ou absolutos, mas ambos tomam o estado autointeressado como um ponto de partida para a teoria.

Esse ponto de partida faz sentido substancial para os neorrealistas, uma vez que acreditam que as anarquias são necessariamente sistemas de “autoajuda”, sistemas nos quais a autoridade central e a segurança coletiva estão ausentes. O corolário de autoajuda da anarquia desempenha um enorme papel para o neorrealismo, gerando a dinâmica inerentemente competitiva do dilema de

⁴ Cf. Robert Keohane, “International Institutions: Two Approaches”, *International Studies Quarterly* 32 (Dezembro 1988), pág. 379-96.

⁵ Os Modelos comportamentais e racionalistas sobre o homem e as instituições compartilham uma herança intelectual comum no materialismo individual de Hobbes, Locke e Bentham. Sobre a relação entre esses dois modelos, Cf. Jonathan Turner, *A Theory of Social Interaction* (Stanford, Califórnia: Editora da Universidade de Stanford, 1988), pág. 24-31; e George Homans, “Rational Choice Theory and Behavioral Psychology”, in Craig Calhoun et al., eds., *Structures of Power and Constraint* (Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge, 1991), pág. 77-89.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

segurança e do problema da ação coletiva. A autoajuda não é vista como uma “instituição” e, como tal, ocupa um papel explanatório privilegiado no que diz respeito ao processo, fixando os termos para a interação e não sendo afetada pela mesma. Uma vez que os estados que falham em se conformar com a lógica da autoajuda serão dirigidos para fora do sistema, somente a aprendizagem simples ou a adaptação comportamental é possível; a aprendizagem complexa envolvida nas redefinições de identidade e interesse, não⁶. As questões sobre a formação de identidade e interesse não são, portanto, importantes aos estudantes de relações internacionais. Uma problemática racionalista, que reduz o processo às dinâmicas de interação comportamental entre atores exogenamente constituídos, define o escopo da teoria sistêmica.

Adotando tal raciocínio, os liberais admitem aos neorrealistas os poderes causais da estrutura anárquica, mas ganham o poderoso e retórico argumento de que o processo pode gerar comportamento cooperativo, mesmo em um sistema de autoajuda exogenamente dado. Alguns liberais podem acreditar que a anarquia constitui, de fato, estados com identidades de autointeresse exógenas à prática. Tais liberais “fracos” reconhecem os poderes causais da anarquia retórica e substantivamente, e aceitam a concepção comportamental limitada do racionalismo acerca dos poderes causais das instituições. Eles são realistas antes de liberais (podemos chamá-los de “realistas fracos”), uma vez que, somente se as instituições internacionais puderem mudar poderes e interesses, é que eles vão além dos “limites” do realismo⁷.

⁶ Sobre as concepções neorrealistas de aprendizagem, Cf. Philip Tetlock, “Learning in U.S. and Soviet Foreign Policy”, in George Breslauer e Philip Tetlock, eds., *Structures of Power and Constraint* (Boulder, Colo: Editora Westview, 1991), pág. 24-27. Sobre a diferença entre aprendizagem comportamental e cognitiva, Cf. *ibid.*, pág. 20-61; Joseph Nye, “Nuclear Learning and U.S.-Soviet Security Regimes”, *International Organization* 41 (Verão 1987), pág. 371-402; e Ernst Haas, *When Knowledge Is Power* (Berkeley: Editora da Universidade da Califórnia, 1990), pág. 17-49.

⁷ Cf. Stephen Krasner, “Regimes and the Limits of Realism: Regimes as Autonomous Variables”, in Stephen Krasner, ed., *International Regimes* (Ithaca, Nova York: Editora da Universidade de Cornell, 1983), pág. 355-68.



Contudo, alguns liberais querem mais. Quando Joseph Nye fala de “aprendizagem complexa”, ou Robert Jervis de “mudanças do conceito de si próprio e de interesse”, ou Robert Keohane de concepções “sociológicas” de interesse, cada um está reconhecendo um papel importante para as transformações de identidade e de interesses no programa de pesquisa liberal e, por extensão, de uma concepção potencialmente mais forte acerca de processos e instituições na política mundial⁸. Os liberais “fortes” deveriam ficar incomodados com o privilégio dicotômico da estrutura sobre o processo, uma vez que as transformações de identidade e interesses pelo processo são transformações de estrutura. O racionalismo tem pouco para oferecer tal argumento⁹, que é em parte o porquê, em um importante artigo, que Friedrich Kratochwil e John Ruggie argumentaram que a ontologia individualista do racionalismo contradizia a epistemologia intersubjetivista necessária para que a teoria de regimes realizasse plenamente sua promessa¹⁰. Os regimes não podem mudar identidades e interesses se os últimos são tidos como algo dado. Devido a esse legado racionalista, a despeito de estudos crescentes e ricos sobre a aprendizagem complexa em política externa, os neoliberais carecem de uma teoria sistemática de como tais mudanças ocorrem e, portanto, privilegiam discernimentos realistas acerca da estrutura, enquanto avançam seus próprios discernimentos com relação ao processo.

⁸ Cf. Nye, “Nuclear Learning and U.S.-Soviet Security Regimes”; Robert Jervis, “Realism, Game Theory, and Cooperation”, *World Politics* 40 (Abril 1988), pág. 340-44; e Robert Keohane, “International Liberalism Reconsidered”, in John Dunn, ed., *The Economic Limits to Modern Politics* (Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge, 1990), pág. 183.

⁹ Os Racionalistas têm dado alguma atenção ao problema da formação de preferência, apesar de que, ao fazê-lo, foram além do que entendo como sendo os parâmetros característicos do racionalismo. Cf., por exemplo, John Elster, “Sour Grapes: Utilitarianism and the Genesis of Wants”, in Amartya Sen e Bernard Williams, eds., *Utilitarianism and Beyond* (Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge, 1982), pág. 219-38; e Michael Cohen e Robert Axelrod, “Coping with Complexity: The Adaptive Value of Changing Utility”, *American Economic Review* 74 (Março 1984), pág. 30-42.

¹⁰ Friedrich Kratochwil e John Ruggie, “International Organization: A State of the Art on an Art of the State”, *International Organization* 40 (Outono 1986), pág. 753-75.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

A ironia é a de que as teorias sociais que buscam explicar identidades e interesses existem de fato. Keohane as chamou de “reflexivistas”¹¹; porque quero enfatizar o foco dessas teorias na construção social da subjetividade e minimizar seus problemas de imagem, seguindo Nicholas Onuf, chamá-las-ei de “construtivistas”¹². Apesar de haver diferenças importantes, cognitivistas, pós-estruturalistas, feministas do tipo *standpoint* e pós-modernas, teóricos de regras e estruturacionistas compartilham uma preocupação com a questão “sociológica” básica ignorada pelos racionalistas – a questão da formação de identidade e interesses. A contribuição potencial do construtivismo a um liberalismo forte tem sido turvada, entretanto, por razões de recentes debates epistemológicos entre modernistas e pós-modernistas, nos quais as disciplinas de ciência divergem por não definirem um programa de pesquisa convencional, e esta divergência celebra a sua própria libertação da ciência¹³. Questões reais animam esse debate, que também faz dividir os construtivistas. Com respeito à substância das relações internacionais, no entanto, os construtivistas modernos e pós-modernos estão interessados em saber como as práticas constituem sujeitos, o que não é algo distante do interesse liberal em saber como as instituições transformam interesses. Eles compartilham uma concepção cognitiva e intersubjetiva do processo, no qual as identidades e os interesses são endógenos à interação, em vez daquela concepção racionalista-comportamental, na qual são exógenos.

Meu objetivo neste artigo é o de construir uma ponte entre essas duas tradições (e, por extensão, entre os debates realistas-liberais e racionalistas-

¹¹ Keohane, “International Institutions”.

¹² Cf. Nicholas Onuf, *World of Our Making* (Columbia: Editora da Universidade da Carolina do Sul, 1989).

¹³ Sobre o tema “Ciência”, Cf. Keohane, “International Institutions”; e Robert Keohane, “International Relations Theory: Contributions of a Feminist Standpoint”, *Millennium* 18 (Verão 1989), pág. 245-53. Sobre a “divergência”, Cf. R. B. J. Walker, “History and Structure in the Theory of International Relations”, *Millennium* 18 (Verão 1989), pág. 163-83; e Richard Ashley e R. B. J. Walker, “Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies”, *International Studies Quarterly* 34 (Setembro 1990), pág. 367-416. Para uma avaliação crítica desses debates, Cf. Yosef Lapid, “The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era”, *International Studies Quarterly* 33 (Setembro 1989), pág. 235-54.



reflexivistas) desenvolvendo um argumento construtivista, extraído da sociologia do interacionismo simbólico e estruturacionista, em nome da afirmação liberal de que as instituições internacionais podem transformar as identidades e os interesses dos estados¹⁴. Em contraste à teorização “econômica” que domina nas principais correntes acadêmicas de relações internacionais, esta envolve uma forma de teoria sistêmica “sociológica social psicológica”, na qual as identidades e os interesses são as variáveis dependentes¹⁵. Não me interessa se um “liberalismo comunitário” é ainda liberal ou não. O que me interessa é que o construtivismo pode contribuir significativamente ao forte interesse liberal acerca da formação de identidades e interesses e, portanto, quiçá enriquecer-se com discernimentos liberais sobre aprendizagem e cognição, que têm sido negligenciados.

Minha estratégia para construir essa ponte será a de argumentar contra a afirmação neorrealista de que a autoajuda é dada pela estrutura anárquica exogenamente ao processo. Os construtivistas não fizeram um bom trabalho de levar a sério os poderes causais da anarquia. Isto é lamentável, uma vez que, na visão realista, a anarquia justifica o desinteresse na transformação institucional de identidades e interesses e, portanto, constrói teorias sistêmicas em termos unicamente racionalistas; seus poderes causais putativos devem ser desafiados para que os processos e as instituições não sejam subordinados à estrutura. Argumento que a autoajuda e a política de poder não seguem lógica ou causalmente da anarquia, e que se hoje nos encontramos em um mundo de autoajuda, isto se deve

¹⁴ O fato de que extraio meu argumento a partir dessas abordagens me alinha com os construtivistas modernos, mesmo também extraíndo livremente a partir do trabalho substantivo dos pós-modernistas, especialmente Richard Ashley e Rob Walker. Para uma defesa dessa prática e para uma discussão de sua base epistemológica, Cf. Alexander Wendt, “The Agent-Structure Problem in International Relations Theory”, *International Organization* 41 (Verão 1987), pág. 335-70; e Ian Shapiro e Alexander Wendt, “The Difference That Realism Makes: Social Science and the Politics of Consent”, [no prelo] in *Politics and Society*. Entre os construtivistas modernos, meu argumento é particularmente devido ao trabalho publicado de Emanuel Adler, Friedrich Kratochwil, e John Ruggie, assim como a um artigo não publicado por Naeem Inayatullah e David Levine, intitulado “Politics and Economics in Contemporary International Relations Theory”, Universidade da Siracusa, Siracusa, Nova York, 1990.

¹⁵ Cf. Viktor Gecas, “Rekindling the Sociological Imagination in Social Psychology”, *Journal for the Theory of Social Behaviour* 19 (Março 1989), pág. 97-115.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

ao processo, não à estrutura. Não há uma “lógica” da anarquia à parte das práticas que criam e instanciam uma estrutura de identidades e interesses em detrimento de outras; a estrutura não tem existência ou poderes causais à parte do processo. A autoajuda e a política de poder são instituições, não características essenciais da anarquia. *A anarquia é o que os estados fazem dela.*

Nas seções subsequentes deste artigo, examino criticamente as afirmações e pressupostos do neorealismo, desenvolvo um argumento positivo sobre como a autoajuda e as políticas de poder são socialmente construídas sob a anarquia e, por fim, exploro três maneiras pelas quais as identidades e os interesses são transformados sob a anarquia: pela instituição da soberania, por uma evolução da cooperação e por esforços intencionais de transformar identidades egoístas em identidades coletivas.

ANARQUIA E POLÍTICA DE PODER

Realistas clássicos, como Thomas Hobbes, Reinhold Niebuhr e Hans Morgenthau, atribuíram o egoísmo e a política de poder primariamente à natureza humana, enquanto que realistas estruturais ou neorealistas enfatizam a anarquia. A diferença decorre em parte de diferentes interpretações dos poderes causais da anarquia. O trabalho de Kenneth Waltz é importante para ambos. Em *Man, the State, and War*, ele define a anarquia como uma condição de possibilidade “permissiva” para a causa da guerra, argumentando que “guerras ocorrem porque não há nada para preveni-las”¹⁶. É a natureza humana ou a política doméstica de estados predadores, no entanto, que fornece o ímpeto inicial – ou causa “eficiente” – do conflito que força outros estados a responderem de maneira semelhante¹⁷. Waltz não é inteiramente consistente sobre isso, uma vez que ele desliza sem justificativa, da afirmação causal permissiva de que a guerra na anarquia é sempre possível, para a

¹⁶ Kenneth Waltz, *Man, the State, and War* (Nova York: Editora da Universidade de Columbia), pág. 232.

¹⁷ *Ibid.*, pág. 169-70.



afirmação causal ativa de que a “guerra pode ocorrer em qualquer momento”¹⁸. Mas apesar do apelo conclusivo de Waltz pela teoria de terceira imagem, as causas eficientes que iniciam sistemas anárquicos provêm da primeira e da segunda imagem. Isso se reverte em *Theory of international politics*, de Waltz, na qual as teorias de primeira e segunda imagem são desprezadas como sendo “reducionistas”, e a lógica da anarquia parece por si própria constituir a autoajuda e a política de poder como características necessárias da política mundial¹⁹.

Isso é lamentável, uma vez que, seja o que for o que se pense sobre as teorias de primeira e segunda imagem, estas têm a virtude de implicar que as práticas determinam o caráter da anarquia. Na visão permissiva, somente se fatores humanos ou domésticos fizerem A atacar B, B terá que se defender. As anarquias podem conter dinâmicas que levam à política de poder competitiva, mas pode também ser que não, e podemos argumentar sobre quando estruturas particulares de identidades e interesses emergirão.

No neorrealismo, entretanto, o papel da prática de moldar o caráter da anarquia é substancialmente reduzido, e logo há menos sobre o que argumentar: a autoajuda e a política de poder competitiva são simplesmente exogenamente dadas pela estrutura do sistema de estados.

Não irei aqui contestar a descrição neorrealista do sistema de estados contemporâneo como sendo um mundo de autoajuda competitivo²⁰. Somente irei debater sua explanação. Desenvolvo meu argumento em três estágios. Primeiro, desembaraço os conceitos de autoajuda e de anarquia mostrando que concepções autointeressadas de segurança não são uma propriedade constitutiva da anarquia.

¹⁸ Ibid., p. 232. Esse ponto é feito por Hidemi Suganami em “Bringing Order to the Causes of War Debates”, *Millennium* 19 (Primavera 1990), pág.34, fn. 11.

¹⁹ Kenneth Waltz, *Theory of International Politics* (Boston: Editora Addison-Wesley, 1979).

²⁰ A descrição neorrealista não é desproblematizada. Para uma poderosa crítica, Cf. David Lumsdaine, *Ideals and Interests: The Foreign Aid Regime, 1949-1989* (Princeton, Nova Jersey: Editora da Universidade de Princeton, no prelo).



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

Segundo, mostro como a autoajuda e a política de poder competitiva podem ser produzidas causalmente por processos de interação entre estados, nos quais a anarquia tem papel unicamente permissivo. Em ambos desses estágios do meu argumento, eu conscientemente ponho de lado as determinantes de primeira e de segunda imagem da identidade do estado, não porque elas não sejam importantes (elas são, de fato), mas porque, como o objetivo de Waltz, o meu é o de esclarecer a “lógica” da anarquia. Terceiro, reintroduzo as determinantes de primeira e de segunda imagem para avaliar seus efeitos sobre a formação de identidade em tipos diferentes de anarquias.

ANARQUIA, AUTOAJUDA E CONHECIMENTO INTERSUBJETIVO

Waltz define a estrutura política em três dimensões: princípios ordenadores (neste caso, a anarquia), princípios de diferenciação (que aqui deixamos de lado) e a distribuição de capacidades²¹. Por si mesma, esta definição prediz pouco sobre o comportamento de um estado. Ela não prediz se dois estados serão amigos ou inimigos, se reconhecerão as suas soberanias reciprocamente, se terão laços dinásticos, se serão potências revisionistas ou de *status quo* e assim por diante. Estes fatores, que são fundamentalmente intersubjetivos, afetam os interesses de segurança dos estados e, portanto, o caráter de sua interação sob a anarquia. Em uma importante revisão da teoria de Waltz, Stephen Walt implica no mesmo sentido quando argumenta que é a “balança de ameaças”, em vez da balança de poder, que determina a ação de um estado, sendo as ameaças socialmente construídas²². De uma forma mais geral, sem pressupostos acerca da estrutura de identidades e interesses no sistema, a definição de Waltz da estrutura não pode predizer o conteúdo ou as dinâmicas da anarquia. A autoajuda é uma estrutura intersubjetiva e, como tal, faz o trabalho explanatório decisivo na teoria. Nesta seção, desenvolvo o

²¹ Waltz, *Theory of International Politics*, pág. 79-101.

²² Stephen Walt, *The Origins of Alliances* (Ithaca, Nova York: Editora da Universidade de Cornell, 1987).

Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>



conceito de uma “estrutura de identidade e interesse” e mostro que nenhuma estrutura específica obedece logicamente à anarquia.

Um princípio fundamental da teoria social construtivista é o de que as pessoas agem relativamente aos objetos, incluindo outros atores, com base no significado que os objetos têm para elas²³. Os estados agem de forma diferente em relação aos inimigos do que aos amigos porque os inimigos são ameaçadores e os amigos não. A anarquia e a distribuição do poder são insuficientes para nos dizer qual é qual. O poder militar dos Estados Unidos tem um significado diferente para o Canadá e para Cuba, a despeito de suas posições “estruturais” semelhantes, assim como os mísseis britânicos têm um significado diferente para os Estados Unidos do que os mísseis Soviéticos. A distribuição do poder pode sempre afetar os cálculos dos estados, mas como isso ocorre depende da compreensão intersubjetiva e das expectativas, da “distribuição do conhecimento”, que constituem as concepções acerca de si próprio e de outros²⁴. Se a sociedade “esquecer” o que é uma universidade, os poderes e as práticas do professor e do estudante cessarão de existir; se os Estados Unidos e a

²³ Cf., por exemplo, Herbert Blumer, “The Methodological Position of Symbolic Interactionism”, em seu *Symbolic Interactionism: Perspective and Method* (Englewood Cliffs, Nova Jersey: Editora Prentice-Hall, 1969), pág. 2. Ao longo deste artigo, assumo que uma analogia teórica produtiva pode ser feita entre indivíduos e estados. Existem ao menos duas justificativas para esse antropomorfismo. Retoricamente, a analogia é uma prática aceita no discurso *mainstream* em relações internacionais, e uma vez que este artigo é uma crítica imanente, ao invés de externa, deve seguir tal prática. Substancialmente, os estados são coletividades de indivíduos que, por meio de suas práticas, constituem uns aos outros como “pessoas” que têm interesses, medos, e assim por diante. Uma teoria completa da formação de identidade e interesse do estado deve, não obstante, extrair discernimentos da psicologia social de grupos e da teoria organizacional e, por esta razão, meu antropomorfismo é meramente sugestivo.

²⁴ A frase “distribuição do conhecimento” é de Barry Barnes, como discutido em seu trabalho *The Nature of Power* (Cambridge: Editora Polity Press, 1988); Cf. também Peter Berger e Thomas Luckmann, *The Social Construction of Reality* (Nova York: Editora Anchor Books, 1966). A preocupação recente de estudiosos de relações internacionais sobre as “comunidades epistêmicas” com os entendimentos de causa e efeito do mundo sustentado pelos cientistas, *experts* e formuladores de política é um aspecto importante do papel do conhecimento na política mundial; Cf. Peter Haas, “Do Regimes Matter? Epistemic Communities and Mediterranean Pollution Control”, *International Organization* 43 (Verão 1989), pág. 377-404; e Ernst Haas, *When Knowledge Is Power*. Minha abordagem construtivista agregaria meramente a isso uma ênfase igual sobre como o conhecimento também *constitui* as estruturas e sujeitos da vida social.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

União Soviética decidem que não mais serão inimigos, “a Guerra Fria acaba”. É o significado coletivo que constitui as estruturas que organizam nossas ações.

Os atores adquirem identidades – entendimentos e expectativas relativamente estáveis da função específica sobre si próprio – ao participarem em tais significados coletivos²⁵. As identidades são inerentemente relacionais: “A identidade, com seus vínculos apropriados da realidade psicológica, é sempre uma identidade dentro de um mundo específico e socialmente construído”, argumenta Peter Berger²⁶. Cada pessoa tem várias identidades ligadas aos papéis institucionais, como, por exemplo, irmão, filho, professor e cidadão. De igual modo, um estado pode ter múltiplas identidades, como, por exemplo, de “soberano”, “líder do mundo livre”, “potência imperial” e assim por diante²⁷. O compromisso a (e a saliência de) identidades específicas varia, mas cada identidade é uma definição inerentemente social do ator fundamentado nas teorias que atores coletivamente possuem de si próprios e de outros, e que constitui a estrutura do mundo social.

²⁵ Para uma excelente declaração de como os significados coletivos constituem identidades, Cf. Peter Berger, “Identity as a Problem in the Sociology of Knowledge”, *European Journal of Sociology*, vol. 7, n. 1, 1996, pág. 32-40. Cf. também David Morgan e Michael Schwalbe, “Mind and Self in Society: Linking Social Structure and Social Cognition”, *Social Psychology Quarterly* 53 (Junho 1990), pág. 148-64. Em minha discussão, extraio referência dos seguintes textos interacionistas: George Herbert Mead, *Mind, Self, and Society* (Chicago: Editora da Universidade de Chicago, 1934); Berger and Luckmann, *The Social Construction of Reality*, Sheldon Stryker, *Symbolic Interactionism: A Social Structural Version* (Menlo Park, Califórnia Editora: Benjamin/Cummings, 1980); R.S. Perinbanayagam, *Signifying Acts: Structure and Meaning in Everyday Life* (Carbondale: Editora da Universidade do Sul de Illinois, 1985); John Hewitt, *Self and Society: A Symbolic Interactionist Social Psychology* (Boston: Editora Allyn & Bacon, 1988); e Turner, *A Theory of Social Interaction*. Apesar de algumas diferenças, muitas das mesmas questões são levantadas por estruturacionistas como Bhaskar e Giddens. Ver Roy Bhaskar, *The Possibility of Naturalism* (Atlantic Highlands, Nova Jersey: Editora Humanities Press, 1979); e Anthony Giddens, *Central Problems in Social Theory* (Berkeley: Editora da Universidade da Califórnia, 1979).

²⁶ Berger, “Identity as a Problem in the Sociology of Knowledge”, pág. 111.

²⁷ Apesar de não serem normalmente referidos em tais termos, os estudos de Política Externa sobre as concepções das funções nacionais poderiam ser adaptados a tal linguagem de identidade. Cf. Kal Holsti, “National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy”, *International Studies Quarterly* 14 (Setembro 1970), pág. 233-309; e Stephen Walker, ed., *Role Theory and Foreign Policy Analysis* (Durham, Carolina do Norte: Editora da Universidade de Dukes, 1987). Para um importante esforço do que sugeri acima, Cf. Stephen Walker, “Symbolic Interactionism and International Politics: Role Theory’s Contribution to International Organization” in C. Shih e Martha Cottam, eds., *Contending Dramas: A Cognitive Approach to Post-War International Organizational Processes* (Nova York: Editora Praeger, no prelo).



As identidades são as bases dos interesses. Os atores não têm um “portfólio” de interesses que carregam independentemente do contexto social; contrariamente, eles definem seus interesses no processo de definição das situações²⁸. Como Nelson Foote colocou: “A motivação [...] refere-se ao grau no qual um ser humano, como participante do processo contínuo em que ele necessariamente se encontra, define uma situação problemática como um chamado para o desempenho de um ato específico, com consumações e consequências mais ou menos antecipadas, e assim seu organismo libera a energia apropriada para executá-lo”²⁹. Às vezes, as situações não encontram precedentes em nossa experiência e, nesses casos, temos que construir seus significados e, portanto, nossos interesses, por analogia ou invenção. Frequentemente, elas têm qualidades de rotina, nas quais atribuímos significados com base em funções institucionalmente definidas. Quando dizemos que professores têm “interesse” em ensinar, pesquisar ou sair em licença, estamos dizendo que, para funcionarem na função da identidade do “professor”, eles têm que definir certas situações como um chamado para determinadas ações. Isto não quer dizer que eles necessariamente assim o farão (expectativa e competência não equivalem ao desempenho), mas, se não o fizerem, não obterão o título de professor. A ausência ou a falha de funções faz a definição das situações e dos interesses mais difíceis e pode resultar numa confusão de identidades. Isto parece estar acontecendo hoje nos Estados Unidos e na extinta União Soviética: sem as atribuições mútuas da Guerra Fria de ameaça e hostilidade para definir suas identidades, aqueles estados parecem incertos do que devem ser seus “interesses”.

²⁸ Sobre a concepção do “portfólio” de interesses, Cf. Barry Hindess, *Political Choice and Social Structure* (Aldershot, Reino Unido: Editora Edward Elgar, 1989), pág.. 2-3. A “definição da situação” é um conceito central na teoria interacionista.

²⁹ Nelson Foote, “Identification as the Basis for a Theory of Motivation”, *American Sociological Review* 16 (Fevereiro 1951), pág. 15. Tais concepções sociológicas de interesse têm sido criticadas, com alguma justiça, por serem “sobressocializadas”. Cf. Dennis Wrong, “The Oversocialized Conception of Man in Modern Sociology”, *American Sociological Review* 26 (Abril 1961), pág. 183-93. Para corretivos úteis, que se focam na ativação das necessidades humanas pré-sociais, mas não determinantes, dentro de contextos sociais, Cf. Turner, *A Theory of Social Interaction*, pág. 23-69; e Viktor Gecas, “The Self-Concept as a Basis for a Theory of Motivation”, in Judith Howard e Peter Callero, eds., *The Self-Society Dynamic* (Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge, 1991), pág. 171-87.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

Uma instituição é um conjunto ou uma “estrutura” relativamente estável de identidades e interesses. Tais estruturas são frequentemente codificadas em regras formais e em normas, mas estas têm força motivacional somente em virtude da socialização dos atores e de sua participação no conhecimento coletivo. As instituições são entidades fundamentalmente cognitivas que não existem à parte das ideias dos atores sobre como o mundo funciona. Isto não significa que as instituições não são reais ou objetivas, que não passam de crenças. Enquanto conhecimento coletivo, as instituições são experimentadas como tendo uma existência “sobre e acima dos indivíduos que as incorporam no dado momento”³⁰. Neste sentido, as instituições vêm a confrontar os indivíduos como fatores sociais mais ou menos coercivos, mas ainda é uma função do que os atores “sabem” coletivamente. As identidades e tais cognições coletivas não existem à parte umas das outras; elas são “mutuamente constitutivas”³¹. Nesta visão, a institucionalização é um processo de internalização de novas identidades e novos interesses, não algo acontecendo fora destes e afetando somente o comportamento; a socialização é um processo cognitivo, não somente comportamental. Concebido desta forma, as instituições podem ser cooperativas ou conflituosas, um ponto às vezes perdido nos estudos sobre regimes internacionais, que tendem a equiparar as instituições à cooperação. Há importantes diferenças entre instituições cooperativas e conflituosas, mas todas as relações relativamente estáveis de si próprio/outro – mesmo aquelas de “inimigos” – são definidas intersubjetivamente.

³⁰ No vocabulário neodurkheimiano, as instituições são “representações sociais”. Cf. Serge Moscovici, “The Phenomenon of Social Representations”, in Rob Farr e Serge Moscovici, eds., *Social Representations* (Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge, 1984), pág. 3-69. Cf. também Barnes, *The Nature of Power*. Note que isso é um cognitivismo consideravelmente mais socializado do que aquele encontrado em muitos dos recentes estudos sobre a função das “ideias” na política mundial, que tende a tratar as ideias como *commodities* que são sustentados por indivíduos e que intervêm entre a distribuição do poder e os resultados. Para uma forma de cognitivismo mais próximo ao meu próprio, Cf. Emanuel Adler, “Cognitive Evolution: A Dynamic Approach for the Study of International Relations and Their Progress”, in Emanuel Adler e Beverly Crawford, Eds., *Progress in Postwar International Relations* (Nova York: Editora da Universidade de Columbia, 1991), pág.43-88.

³¹ Cf. Giddens, *Central Problems in Social Theory*, e Alexander Wendt e Raymon Duvall, “Institutions and International Order”, in Ernt-Otto Czempiel e James Rosenau, eds., *Global Changes and Theoretical Challenges* (Lexington, Massachussets: Editora Lexington Books, 1989), pág. 51-74.



A autoajuda é uma instituição, uma entre as várias estruturas de identidade e interesse que podem existir sob a anarquia. Os processos de formação de identidade sob a anarquia preocupam-se principalmente com a preservação da “segurança” de si próprio. Os conceitos de segurança diferem, portanto, na extensão para a qual (e a forma na qual) o “eu” é identificado cognitivamente com o outro ³², e, quero sugerir, é sobre essa variação cognitiva que o significado da anarquia e da distribuição do poder depende. Permitam-me que eu ilustre isso com um padrão contínuo de sistemas de segurança ³³.

Por um lado, há o sistema de segurança “competitivo”, no qual os estados identificam-se negativamente com a segurança do outro, de modo que um ganho do “eu” é visto como uma “perda” do outro. A identificação negativa sob a anarquia constitui sistemas de política de poder “realista”: atores avessos ao risco que inferem intenções das capacidades e se preocupam com ganhos e perdas relativos. No limite – na guerra hobbesiana de todos contra todos – a ação coletiva é quase impossível em tal sistema, pois cada ator deve constantemente temer ser apunhalado pelas costas.

No meio, há o sistema de segurança “individualista”, no qual os estados são indiferentes no que diz respeito à relação entre a própria segurança e a dos outros.

³² Os proponentes da teoria da escolha talvez coloquem isso em termos de “utilidades interdependentes”. Para uma útil visão geral de discursos relevantes da teoria da escolha, a maior parte da qual tem se focado no caso específico do altruísmo, Cf. Harold Hochman e Shmuel Nitzan, “Concepts of Extended Preference”, *Journal of Economic Behavior and Organization* 6 (Julho 1985), pág. 161-76. A literatura sobre a teoria da escolha não vincula, normalmente, o comportamento a questões de identidade. Para uma exceção, Cf. Amartya Sen, “Goals, Commitment, and Identity”, *Journal of Law, Economics, and Organization* 1 (Outono 1985), pág. 341-55; e Robert Higgs, “Identity and Cooperation: A Comment on Sen’s Alternative Program”, *Journal of Law, Economic, and Organization* 3 (Primavera 1987), pág.140-42.

³³ Os sistemas de segurança podem também variar até um ponto em que haja uma diferenciação funcional ou uma relação hierárquica entre o patrão e o cliente, com o patrão desempenhando um papel hegemônico dentro de sua esfera de influência ao definir os interesses de segurança de seus clientes. Eu não examino essa dimensão aqui; para uma discussão preliminar, Cf. Alexander Wendt, “The States System and Global Militarization”, Tese de Doutorado, Universidade de Minnesota, Minneapolis, 1989; e Alexander Wendt e Michael Barnett, “The International System and Third World Militarization”, manuscrito não publicado, 1991.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

Isto constitui o sistema de segurança "neoliberal": os estados ainda prezam a si próprios em relação à sua segurança, mas estão primariamente preocupados com ganhos absolutos do que relativos. A posição de um estado na distribuição de poder é menos importante e a ação coletiva é mais possível (apesar de ainda estar sujeito ao parasitismo, porque os estados continuam a ser "egoístas").

Os sistemas competitivos e individualistas são ambas formas de "autoajuda" da anarquia, no sentido de que os estados não identificam positivamente a segurança de si próprios com a dos outros, mas, pelo contrário, tratam a segurança como uma responsabilidade individual de cada um. Dada a carência de uma identificação cognitiva positiva como base para construir regimes de segurança, a política de poder em tais sistemas consistirá necessariamente em esforços para manipular os outros a fim de satisfazer interesses próprios.

Isso contrasta com o sistema de segurança "cooperativo", no qual os estados identificam positivamente uns com os outros para que a segurança de cada um seja percebida como responsabilidade de todos. Isto não é "autoajuda" em nenhum sentido interessante, uma vez que o "eu", nos termos em que os interesses são definidos, é a comunidade; os interesses nacionais são interesses internacionais³⁴. Na prática, é claro, o ponto até o qual os estados se identificam com a comunidade varia, desde a forma limitada encontrada em "concertos" até a forma mais madura vista em arranjos de "segurança coletiva"³⁵. Dependendo de quão bem desenvolvido seja o "eu" coletivo, produzir-se-ão práticas de segurança que são, em graus variáveis,

³⁴ Isso equivale a uma "internacionalização do estado". Para uma discussão sobre esse tema, Cf. Raymond Duvall e Alexander Wendt, "The International Capital Regime and the Internationalization of the State", manuscrito não publicado, 1987. Cf. também R.B.J. Walker, "Sovereignty, Identity, Community: Reflections on the Horizons of Contemporary Political Practice", in R.B.J. Walker e Saul Mendlovitz, eds., *Contending Sovereignties* (Boulder, Colorado: Editora Lynne Rienner, 1990), pág. 159-85.

³⁵ Sobre o espectro dos arranjos de segurança cooperativos, Cf. Charles Kupchan e Clifford Kupchan, "Concerts, Collective Security and the Future of Europe", *International Security* 16 (Verão 1991), pág.114-61; e Richard Smoke, "A Theory of Mutual Security", in Richard Smoke e Andrei Kortunov, eds., *Mutual Security* (Nova York: Editora St. Martin, 1991), pág. 59-111. Estas podem ser utilmente postas junto a Christopher Jencks, "Varieties of Altruism", in Jane Mansbridge, ed., *Beyond Self-Interest* (Chicago: Editora da Universidade de Chicago, 1990), pág. 53-67.



altruísticas ou pró-sociais. Isto faz a ação coletiva menos dependente da presença de ameaças ativas e menos inclinada ao parasitismo³⁶. Ainda mais, reestrutura esforços para avançar os objetivos de alguém, ou sua “política de poder”, em termos de normas compartilhadas, em vez de poder relativo³⁷.

Nessa visão, a tendência nos estudos de relações internacionais em ver o poder e as instituições como duas explicações opostas de política externa é, portanto, ilusória, uma vez que a anarquia e a distribuição de poder só têm significado para a ação estatal em virtude dos entendimentos e expectativas que constituem identidades e interesses institucionais. A autoajuda é uma dessas instituições, constituindo um tipo de anarquia, mas não a única. A definição em três partes de Waltz sobre a estrutura, portanto, parece pouco especificada. De modo a ir da estrutura para a ação, temos que agregar uma quarta explicação: a estrutura de identidades e interesses intersubjetivamente constituída no sistema.

Isso tem uma importante implicação para a forma como concebemos os estados no estado de natureza antes de seus primeiros encontros uns com os outros.

Já que os estados não têm concepções de si próprios e de outrem e, logo, de interesses de segurança à parte – ou antes – da interação, pressupomos demais sobre o estado de natureza se concordarmos com Waltz que, devido à anarquia, “os

³⁶ Sobre a função da identidade coletiva de reduzir problemas de ação coletiva, Cf. Bruce Fireman e William Gamsom, “Utilitarian Logic in the Resource Mobilization Perspective”, in Mayer Zald e John McCarthy, Eds., *The Dynamics of Social Movements* (Cambridge, Massachusetts: Editora Winthrop, 1979), pág. 8-44; Robyn Dawes et al., “Cooperation for the Benefit of Us – Not Me, or My Conscience”, in Mansbridge, *Beyond Self-Interest*, pág. 97-110. E Craig Calhoun, “The Problem of Identity in Collective Action”, in Joan Huber, ed., *Macro-Micro Linkages in Sociology* (Beverly Hills, Califórnia: Editora Sage, 1991), pág. 51-75.

³⁷ Cf. Thomas Risse-Kappen, “Are Democratic Alliances Special?”, manuscrito não publicado, Universidade de Yale, New Haven, Connecticut., 1991. Essa linha de argumento pode ser utilmente expandida em termos feministas. Para uma visão geral útil da natureza relacional das concepções feministas do “eu”, Cf. Paula England e Barbara Stanek Kilbourne, “Feminist Critique of the Separative Model of Self: Implications for Rational Choice Theory”, *Rationality and Society* 2 (Abril 1990), pág. 156-71. Sobre as concepções feministas do poder, Cf. Ann Tickner, “Hans Morgenthau’s Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation”, *Millennium* 17 (Inverno 1988), pág. 429-40; e Thomas Wartenberg, “The Concept of Power in Feminist Theory”, *Praxis Internacional* 8 (Outubro 1988), pág.301-16.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

sistemas políticos internacionais, assim como os mercados econômicos, são formados pela coação de unidades que prezam por si próprias³⁸. Também pressupomos demais se argumentarmos que, devido à anarquia, os estados no estado de natureza defrontam necessariamente uma “caça ao cervo” ou o “dilema da segurança”³⁹. Estas afirmações pressupõem uma história de interação na qual os atores adquiriram identidades e interesses “egoístas”; anteriormente à interação (e ainda abstraindo os fatores de primeira e segunda imagem), eles não tinham experiência alguma para basear tais definições de si próprio e de outro. A fim de afirmar o contrário, é necessário atribuir aos estados no estado de natureza qualidades que só possuem em sociedade⁴⁰. A autoajuda é uma instituição, não uma característica constitutiva da anarquia.

O que, então, é uma característica constitutiva do estado de natureza antes da interação? Duas coisas restam se despirmos essas propriedades do “eu” que pressupõem a interação com outros. A primeira é o substrato material da agência, incluindo suas capacidades intrínsecas. Para seres humanos, representa o corpo; para estados, representa um aparato organizacional de governança. Com efeito, estou sugerindo, por propósitos retóricos, que o material cru do qual os membros do sistema de estados são constituídos, é criado pela sociedade doméstica antes dos

³⁸ Waltz, *Theory of International Politics*, pág. 91.

³⁹ Cf. Waltz, *Man, the State, and War*; e Robert Jervis, “Cooperation Under the Security Dilemma”, *World Politics* 30 (Janeiro 1978), pág. 167-214. [Nota do Tradutor] O termo “caça ao cervo” (*stag Hunt*) designa um conceito específico da Teoria dos Jogos, assim como o “dilema da segurança”.

⁴⁰ Meu argumento faz aqui paralelos com a crítica de Rousseau a Hobbes. Para uma excelente crítica das apropriações realistas de Rosseau, Cf. Michael Williams, “Rosseau, Realism, and Realpolitik”, *Millennium* 18 (Verão 1989), pág. 188-204. Williams argumenta que, longe de ser um ponto de partida fundamental no estado de natureza, para Rousseau, a caça ao cervo representava a fase da queda do homem. Na página 190, Williams cita a descrição de Rousseau do homem antes de deixar o estado natureza: “O homem só conhece a si próprio; ele não vê seu próprio bem-estar identificado ou contrariado com o de qualquer outra pessoa; ele nem odeia nem ama nada; mas limitado a nada mais do que instintos físicos, ele não é ninguém, ele é um animal”. Para outra crítica de Hobbes sobre o estado de natureza, que traça um paralelo com minha leitura construtivista da anarquia, Cf. Charles Landesman, “Reflections on Hobbes: Anarchy and Human Nature”, in Peter Caws, ed., *The Causes of Quarrel* (Boston: Editora Beacon, 1989), pág. 139-48.



estados entrarem no processo constitutivo da sociedade internacional⁴¹, apesar deste processo não implicar nem em estabilidade de território nem em soberania, que são negociadas internacionalmente em termos de individualidade (o que será discutido mais à frente). A segunda é um desejo de preservar esse substrato material, de sobreviver. Isto não implica, entretanto, um “autoprezamento”, uma vez que os atores não possuem um “eu” anterior à interação com o outro; como eles veem o sentido e os requisitos a essa sobrevivência depende, portanto, dos processos através dos quais as concepções do “eu” evoluem.

Isso tudo pode parecer muito misterioso, mas trata-se de uma importante questão em jogo: no quadro de política externa, são as identidades e os interesses dos estados exógenos ou endógenos ao sistema de estados? A primeira é a resposta de uma teoria sistêmica individualista ou dessocializada, para a qual o racionalismo é apropriado; a segunda é a resposta de uma teoria sistêmica inteiramente socializada. Waltz parece oferecer a segunda e propõe dois mecanismos, competição e socialização, através dos quais a estrutura condiciona a ação do estado⁴². O conteúdo de seu argumento sobre esse condicionamento, no entanto, pressupõe um sistema de autoajuda que não é, por si só, uma característica constitutiva da anarquia. Como apontou James Morrow, os dois mecanismos de Waltz condicionam o comportamento, não a identidade e o interesse⁴³. Isto explica como Waltz pode ser

⁴¹Empiricamente, esta sugestão é problemática, uma vez que o processo de descolonização e o apoio subsequente de muitos países do Terceiro Mundo pela sociedade internacional apontam para caminhos nos quais mesmo o material cru do “estadismo empírico” é constituído pela sociedade de estados. Cf. Robert Jackson e Carl Rosberg, “Why Africa’s Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood”, *World Politics* 35 (Outubro 1982), pág.1-24.

⁴² Waltz, *Theory of International Politics*, pág. 74-77.

⁴³ Cf. James Morrow, “Social Choice and System Structure in World Politics”, *World Politics* 41 (Outubro 1988), pág. 89. O tratamento comportamental da socialização de Waltz pode ser utilmente contrastado com a abordagem mais cognitiva tomada por Ikenberry e os Kupchans nos seguintes artigos: G. John Ikenberry e Charles Kupchan, “Socialization and Hegemonic Power”, *International Organizations* 44 (Verão 1989), pág. 283-316; e Kupchan e Kupchan, “Concerts, Collective Security, and the Future of Europe”. Suas abordagens são próximas à minha, mas eles definem a socialização como uma estratégia da elite para induzir mudanças de valores em outros, ao invés de como uma característica ubíqua da interação em termos dos quais todas as identidades e os interesses são produzidos e reproduzidos.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

acusado tanto de “individualismo” quanto de “estruturalismo”⁴⁴. Ele se enquadra na concepção anterior com respeito às constituições sistêmicas da identidade e do interesse, e na última com respeito às determinações sistêmicas do comportamento.

A ANARQUIA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE PODER

Se a autoajuda não é uma característica constitutiva da anarquia, ela deve emergir causalmente dos processos nos quais a anarquia desempenha um papel apenas permissivo⁴⁵. Isto reflete um segundo princípio do construtivismo: que os sentidos ao redor dos quais a ação é organizada surgem da interação⁴⁶. Dito isto, entretanto, a situação dos estados quando defrontados uns com os outros pela primeira vez pode ser de tal maneira que apenas concepções de “autoprezamento” de identidade podem sobreviver; se assim for, mesmo que essas concepções sejam socialmente construídas, os neorrealistas podem estar corretos em manterem identidades e interesses constantes e, portanto, privilegiando um sentido particular da anarquia sobre o processo. Neste caso, os racionalistas estariam corretos em argumentarem por uma concepção fraca e comportamental da diferença que fazem as instituições, e os realistas estariam certos em argumentarem que quaisquer instituições internacionais criadas serão inerentemente instáveis, uma vez que, sem o poder para transformar identidades e interesses, elas serão “objetos contínuos de

⁴⁴ No que diz respeito ao individualismo, Cf. Richard Ashley, “The Poverty of Neorealism”, *International Organization* 38 (Primavera 1984), pág. 225-86; Wendt, “The Agent-Structure Problem in International Relations Theory”; e David Dessler, “What’s at Stake in the Agent-Structure Debate?” *International Organization* 43 (Verão 1989), pág. 441-74. No que diz respeito ao estruturacionismo, Cf. R.B.J. Walker, “Realism, Change, and International Political Theory”, *International Studies Quarterly* 31 (Março 1987), pág. 65-86; e Martin Hollis e Steven Smith, *Explaining and Understanding International Relations* (Oxford: Editora Clarendon, 1989). O comportamentismo evidente na teoria neorrealista também explica como os neorrealistas podem reconciliar seu estruturacionismo com o individualismo da teoria da escolha racional. Sobre o caráter comportamental-estrutural da última, Cf. Spiro Latsis, “Situational Determinism in Economics”, *British Journal for the Philosophy of Science* 23 (Agosto 1972), pág. 207-45.

⁴⁵ A importância da distinção entre explicações constitutivas e causais não é suficientemente apreciado no discurso construtivista. Cf. Wendt, “The Agent-Structure Problem in International Relations Theory”, pág. 362-65; Wendt, “The States System and Global Militarization”, pág. 11-13; e Wendt, “Bridging the Theory/Meta-Theory Gap in International Relations”, *Review of International Studies* 17 (Outubro 1991), pág. 390.

⁴⁶ Cf. Blumer, “The Methodological Position of Symbolic Interactionism”, pág. 2-4.



escolha” por atores exogenamente constituídos, constrangidos apenas pelos custos de transação da mudança de comportamento⁴⁷. Mesmo em uma função causal permissiva, em outras palavras, a anarquia pode restringir decisivamente a interação e, por esta razão, restringir formas viáveis de teoria sistêmica. Eu me dirijo a essas questões causais primeiro mostrando como ideias de “autoprezamento” sobre a segurança podem se desenvolver e, então, examinando as condições sob as quais a causa-chave eficiente – predação – pode expor os estados a essa direção em detrimento de outras.

As concepções do “eu” e do interesse tendem a “espelhar” as práticas de outros tantos ao longo do tempo. Esse princípio de formação de identidade é capturado pela noção simbólico-interacionista do “*looking-self glass*”⁴⁸, que afirma que o “eu” é o reflexo da socialização de um ator.

Considere dois atores – “ego” e “outro” – encontrando um ao outro pela primeira vez⁴⁹. Cada um quer sobreviver e possui certas capacidades materiais, mas nenhum ator tem imperativos domésticos ou biológicos para o poder, a glória, ou a conquista (ainda ignorados), e não há história de segurança ou de insegurança entre ambos. O que devem fazer? Os realistas provavelmente argumentariam que cada um deveria agir com base em suposições pessimistas (*worst-case*) das intenções do outro, justificando tal atitude como prudente, levando-se em conta a possibilidade da morte por cometer um erro. Tal possibilidade sempre existe, mesmo na sociedade civil; no entanto, a sociedade seria impossível se as pessoas fizessem escolhas

⁴⁷ Cf. Robert Grafstein, “Rational Choice: Theory and Institutions”, in Kristen Monroe, ed., *The Economic Approach to Politics* (Nova York: Editora Harper Collins, 1991), pág. 263-64. Um bom exemplo da promessa e dos limites das abordagens de custos de transação à análise institucional é oferecido por Robert Keohane em seu *After Hegemony* (Princeton, Nova Jersey: Editora da Universidade de Princeton, 1984).

⁴⁸ O *looking-self glass* é um conceito específico da psicologia social, retratando a forma pela qual os outros nos vêem e assim nos modelam. (nota do tradutor)

⁴⁹ Essa situação não é inteiramente metafórica na política mundial, uma vez que, através da história os estados têm “descoberto” uns aos outros, gerando uma anarquia imediata, por assim dizer. Um estudo empírico e sistemático de primeiros contatos seria interessante.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

puramente com base em possibilidades pessimistas. Ao contrário, a maioria das decisões é e deve ser feita com base em probabilidades, que são produzidas pela interação, pelo o que os atores *fazem*.

No início há o gesto de “ego”, que pode consistir, por exemplo, em um avanço, um recuo, um brandimento de armas, um sobrestar de armas ou um ataque⁵⁰. Para “ego”, esse gesto representa a base sobre a qual ele está preparado para responder ao “outro”. No entanto, esta base é desconhecida pelo “outro” e, logo, este deve realizar uma inferência ou uma “atribuição” sobre as intenções de “ego” e, em particular, haja vista que se trata de uma anarquia, se “ego” representa ou não uma ameaça⁵¹. O conteúdo dessa inferência dependerá largamente de duas considerações. A primeira são os gestos e as qualidades físicas de “ego”, que são em parte elaborados por este último e que incluem a direção do movimento, barulho, números e as consequências imediatas desse gesto⁵². A segunda consideração refere-se ao que o “outro” pretenderia com tais qualidades, caso fosse fazer tais gestos ele próprio. O “outro” pode fazer um “erro” atribucional em sua inferência sobre a intenção de “ego”, mas também não há razão para que assuma *a priori* – antes do gesto – que “ego” esteja ameaçando, uma vez que é somente por meio de um processo de sinalização e interpretação que os custos e as probabilidades de

⁵⁰ A análise de Mead sobre os gestos permanece definitiva. Cf., *Mind, Self, and Society*. Cf. também a discussão do papel da sinalização nos “mecanismos de interação”, no livro de Turner intitulado *A Theory of Social Interaction*, pág.74-79 e 92-115.

⁵¹ Sobre o papel dos processos de atribuição na explicação interacionista da formação de identidade, Cf. Sheldon Stryker e Avi Gottlieb, “Attribution Theory and Symbolic Interactionism”, in John Harvey et al., eds., *New Directions in Attribution Research*, vol. 3 (Hillsdale, Nova Jersey: Editora Lawrence Erlbaum, 1981), pág. 425-58; e Kathleen Crittenden, “Sociological Aspects of Attribution”, *Annual Review of Sociology*, vol. 9, 1983, pág. 425-46. Sobre os processos atribucionais nas relações internacionais, Cf. Shawn Rosenberg e Gary Wolfsfeld, “International Conflict and the Problem of Attribution”, *Journal of Conflict Resolution* 21 (Março, 1977), pág. 75-103.

⁵² Sobre a encenação envolvida nas “apresentações de si própria”, Cf. Erving Goffman, *The Presentations of Self in Everyday Life* (Nova York: Editora Doubleday, 1959). Sobre o papel da aparência nas definições da situação, Cf. Gregory Stone, “Appearance and the Self”, in Arnold Rose, ed., *Human Behaviour and Social Processes* (Boston: Editora Houghton Mifflin, 1962), pág. 86-118.



estar errado podem ser determinados⁵³. As ameaças sociais são construídas, não naturais.

Considere um exemplo. Assumiríamos, *a priori*, que seríamos atacados se fôssemos algum dia contatados por membros de uma civilização alienígena? Eu acho que não. Estaríamos em alerta, é claro, mas, se fosse para colocarmos nossas forças militares em alerta ou para atacarmos, isto dependeria de como nós interpretamos a importação do primeiro gesto (dos alienígenas) para nossa segurança – se só para evitar fazer um inimigo direto daquilo que pode ser um adversário perigoso. A possibilidade de erro, em outras palavras, não nos força a agir na suposição de que os alienígenas são ameaçadores: a ação depende das probabilidades que atribuímos e, estas são, em parte, uma função do que os alienígenas fazem; anteriormente ao seu gesto, não temos nenhuma base sistêmica para atribuir probabilidades. Se o primeiro gesto dos alienígenas for o de aparecer com mil naves espaciais e destruir Nova York, definiremos esta situação como uma ameaça e responderemos conformemente. Mas, se aparecerem com apenas uma nave, dizendo o que parece ser “viemos em paz”, sentiremos “tranquilizados” e provavelmente responderemos com um gesto para tranquilizá-los, mesmo que este não seja interpretado por eles como assim sendo⁵⁴.

Esse processo de sinalização, interpretação e resposta, completa um “ato social” e inicia o processo de criação de sentidos intersubjetivos. Avança-se no mesmo sentido. O primeiro ato social cria expectativas para ambos os lados sobre o comportamento futuro de cada um: potencialmente mal compreendidos e experimentais, não obstante uma expectativa. Baseado nesse conhecimento experimental, “ego” faz um novo gesto, significando novamente a base sobre a qual responderá ao “outro” e, de novo, o “outro” responde, agregando ao fundo comum

⁵³ Essa discussão sobre o papel de possibilidades e probabilidades na percepção de ameaças deve-se muito aos comentários de Stewart Johnson numa versão anterior do meu artigo.

⁵⁴ Sobre o papel da “tranquilidade” em situações de ameaças, Cf. Richard Ned Lebow e Janice Gross Stein, “Beyond Deterrence”, *Journal of Social Issues*, vol. 43, no. 4, pág. 5-72.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

de conhecimento que cada um tem sobre o outro e assim por diante. O mecanismo aqui é o de reforço; a interação recompensa os atores por manterem certas ideias sobre o outro e os desencoraja de manterem outras. Se repetidas suficientemente, essas “tipificações recíprocas” criarão conceitos relativamente estáveis de si próprio e do outro no tocante à questão em jogo na interação⁵⁵.

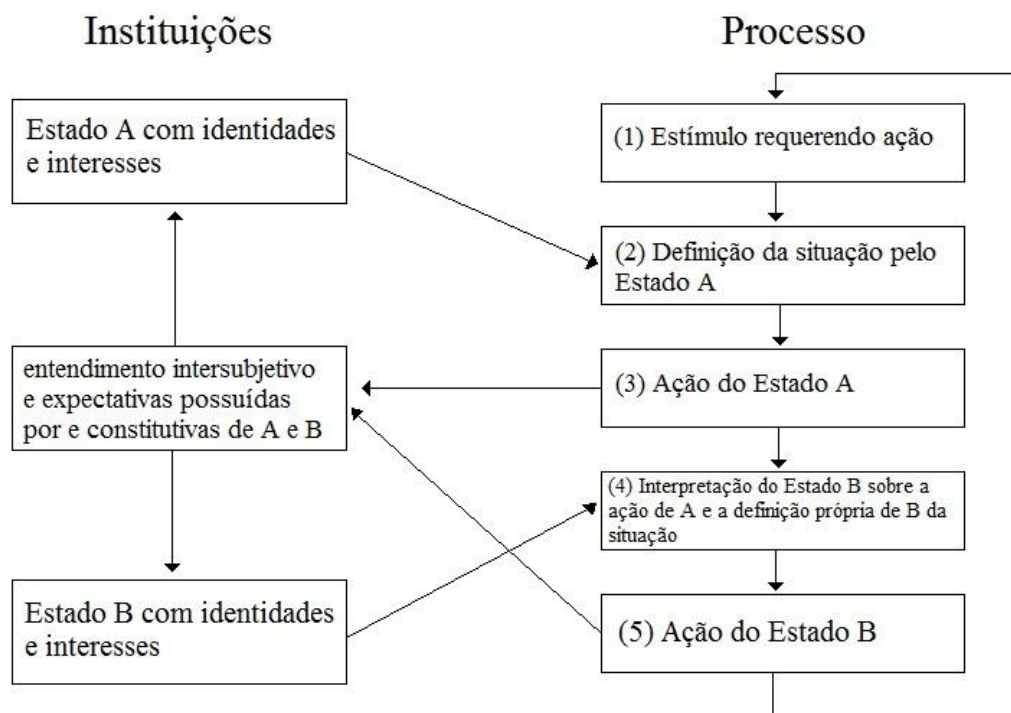


FIGURA 1. A codeterminação das instituições e do processo

É por meio da interação recíproca, em outras palavras, que criamos e instanciamos estruturas sociais relativamente duráveis, nos termos dos quais definimos nossas identidades e interesses. Jeff Coutler sintetiza a dependência ontológica da estrutura no processo da seguinte maneira: “Os parâmetros da organização social são por eles mesmos reproduzidos somente por meio das orientações e práticas de membros engajados nas interações sociais ao longo do tempo [...] as configurações sociais não são ‘objetivas’ como montanhas ou florestas,

⁵⁵ Sobre as “tipificações recíprocas”, Cf. Berger e Luckmann, *The Social Construction of Reality*, pág. 54-58.



mas também não são 'subjetivas' como sonhos ou voos de especulações imaginárias. Elas são como a maior parte dos cientistas reconhecem no nível teórico, construções intersubjetivas ⁵⁶.

O simples modelo de formação de identidade e interesse proposto na *Figura 1* aplica-se tanto às instituições competitivas quanto às cooperativas. Os sistemas de segurança de autoajuda evoluem de ciclos de interação, nos quais cada partido age de formas em que a percepção do outro seja ameaçadora para si próprio, criando expectativas de que o outro não deva ser confiado. Identidades competitivas ou egoístas são causadas por tal insegurança; se o outro é ameaçador, o "eu" obriga-se a "espelhar" tal comportamento, baseado na sua concepção da relação do "eu" com o outro ⁵⁷. Ser tratado como um objeto para a gratificação de outros impede a identificação positiva com os outros, necessária para a segurança coletiva; inversamente, ser tratado por outros de forma que sejam empáticas com respeito à segurança de si próprio permite tal identificação ⁵⁸.

Os sistemas de interação competitivos estão inclinados aos "dilemas" de segurança, nos quais os esforços de atores em aprimorar sua segurança unilateralmente ameaça a segurança de outros, perpetuando a desconfiança e a alienação. As formas de identidades e interesses que constituem tais dilemas, no entanto, são elas mesmas efeitos contínuos da interação, e não exógenos a esta; as

⁵⁶ Jeff Coutler, "Remarks on the Conceptualization of Social Structure", *Philosophy of the Social Sciences* 12 (Março 1982), pág. 42-43.

⁵⁷ Os seguintes artigos de Noel Kaplowitz fizeram uma importante contribuição para tal pensamento nas relações internacionais: "Psychopolitical Dimensions of International Relations: The Reciprocal Effects of Conflict Strategies", *International Studies Quarterly* 28 (Dezembro 1984), pág. 373-406; e "National Self-Images, Perception of Enemies, and Conflict Strategies: Psychopolitical Dimensions of International Relations", *Political Psychology* 11 (Março 1990), pág. 39-82.

⁵⁸ Esses argumentos são comuns nas teorias de narcisismo e altruísmo. Cf. Heinz Kohut, *Self-Psychology and the Humanities* (Nova York: Editora Norton, 1985); e Martin Hoffman, "Empathy, Its Limitations, and Its Role in a Comprehensive Moral Theory", in William Kurtines e Jacob Gerwitz, eds., *Morality, Moral Behavior, and Moral Development* (Nova York: Editora Wiley, 1984), pág. 283-302.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

identidades são produzidas dentro e por meio da “atividade situada”⁵⁹. Não *iniciamos* nossa relação com os alienígenas num dilema de segurança; os dilemas de segurança não são dados pela anarquia ou pela natureza. É claro, uma vez institucionalizado tal dilema, pode ser difícil de mudar (retomo isso mais à frente), mas a questão permanece: as identidades e os interesses são constituídos pelos significados coletivos que estão sempre no processo. Como enfatizou Sheldon Stryker, “O processo social é o de construir e reconstruir o “eu” e as relações sociais”⁶⁰. Se os estados se encontram em um sistema de autoajuda, isto é porque suas práticas assim fizeram. Uma mudança de práticas mudará o conhecimento intersubjetivo que constitui o sistema.

ESTADOS PREDADORES E A ANARQUIA COMO CAUSA PERMISSIVA

A teoria do espelho da formação de identidade é uma explicação bruta de como os processos de criação de identidades e interesses podem funcionar, porém, não nos informa porque um sistema de estados –como o nosso – acabou adquirindo identidades de “autoprezamento”, e não coletivas. Nesta seção, examino uma causa eficiente, a predação, que, em conjunto com a anarquia como uma causa permissiva, pode gerar um sistema de autoajuda. Trabalhando nesse sentido, entretanto, mostro o papel-chave que desempenha a estrutura de identidades e interesses na mediação do papel explanatório da anarquia.

O argumento predador é direto e convincente. Seja por quais razões – biologia, política doméstica ou vitimização sistêmica – alguns estados podem tornar-se predispostos à agressão. O comportamento agressivo desses predadores, ou “maçãs podres”, força outros estados a engajarem-se na política de poder competitiva, de “enfrentar o fogo com o fogo”, uma vez que a falha nesse

⁵⁹ Cf. C. Norman Alexander e Mary Glenn Wiley, “Situated Activity and Identity Formation”, in Morris Rosenberg e Ralph Turner, eds., *Social Psychology: Sociological Perspectives* (Nova York: Editora Basic Books, 1981), pág. 269-89.

⁶⁰ Sheldon Stryker, “The Vitalization of Symbolic Interactionism”, *Social Psychology Quarterly* 50 (Março 1987), pág. 93.



procedimento pode degradá-los ou destruí-los. Um predador irá superar cem pacifistas porque a anarquia não fornece garantias. Este argumento é poderoso, em parte, porque é tão fraco: ao invés de fazer a forte suposição de que todos os estados são inerentemente sedentos pelo poder (uma teoria puramente reducionista da política de poder), esse argumento assume que apenas um estado é sedento pelo poder e que os outros têm que o seguir, dado que a anarquia permite a este estado explorar os demais.

Ao fazer esse argumento, é importante reiterar que a possibilidade de predação em si não força os estados a anteciparem (a predação) *a priori* com uma política de poder competitiva própria. A possibilidade de predação não significa que a “guerra pode ocorrer em qualquer momento”; pode ser, de fato, extremamente improvável que ocorra. Uma vez emergido um predador, entretanto, isso pode condicionar a formação de interesse e identidade na seguinte maneira.

Numa anarquia de dois, se “ego” for predatório, o “outro” deve ou definir sua segurança em termos de autoajuda ou pagar pelo preço. Isto decorre diretamente do argumento acima exposto, no qual as concepções de si próprio espelham o tratamento pelo outro. Numa anarquia de muitos, contudo, o efeito da predação também depende do nível da identidade coletiva já alcançado no sistema. Se a predação ocorre logo após o primeiro encontro no estado de natureza, isto forçará outros com quem se pode entrar em contato a defender-se a si próprios, primeiro individualmente e, em seguida, coletivamente, *no caso de* perceberem uma ameaça comum. A emergência de tal aliança defensiva será seriamente inibida se a estrutura de identidades e interesses já se tenha evoluído a um mundo hobbesiano de insegurança máxima, uma vez que os aliados potenciais desconfiarão fortemente uns dos outros e se defrontarão com problemas intensos de ação coletiva; estes aliados inseguros também estarão mais suscetíveis a brigarem entre si quando o predador for removido. Se a identidade de segurança coletiva for alta, porém, a emergência de



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

um predador pode causar muito menos dano. Se o predador atacar algum membro do coletivo, estes virão à defesa da vítima sob o princípio de “todos por um, um por todos”, mesmo que o predador não seja atualmente uma ameaça aos outros membros do coletivo. Se o predador não for forte o suficiente para resistir ao coletivo, aquele será vencido e a segurança coletiva será obtida. Mas, se for suficientemente forte, a lógica do caso dos dois atores (agora entre “predador” e “coletivo”) será ativada e a política do equilíbrio de poder se restabelecerá.

A cronometragem da emergência da predação relativamente à história da formação de identidade na comunidade é, portanto, crucial ao papel explanatório da anarquia como uma causa permissiva. A predação sempre levará as vítimas a defenderem-se a si próprias, mas, se a defesa será coletiva ou não, isto depende tanto do histórico de interação dentro do coletivo potencial quanto das ambições do predador. O desaparecimento da ameaça soviética fará renovar velhas inseguranças entre os membros da OTAN? Possivelmente, mas não se tiverem razões independentes desta ameaça para identificarem suas seguranças mutuamente. As identidades e os interesses são específicos do relacionamento, não atributos intrínsecos de um “portfólio”; os estados podem ser competitivos em alguns relacionamentos e solidários em outros. As anarquias “maduras” são menos suscetíveis de reduzirem-se, pela predação, à condição hobbesiana, do que as “imaturas”, e a maturidade, que é fiduciária à estrutura de identidade e interesse, é uma função do processo ⁶¹.

A fonte da predação também é relevante. Se for derivada de causas no nível de unidade (*unit-level*) que sejam imunes aos impactos sistêmicos (causas como a natureza humana ou políticas domésticas tomadas como isoladas), então, a predação funciona de maneira análoga a um “traço genético” no mundo construído do sistema de estados. Mesmo se bem sucedida, esta característica não será conferida a outros

⁶¹ Sobre a “maturidade” das anarquias, Cf. Barry Buzan, *People, States, and Fear* (Chapel Hill: Editora da Universidade do Norte da Carolina, 1983)



predadores num sentido evolucionário, mas ensinará outros estados a responderem da mesma forma, mas, uma vez que os traços não podem ser desaprendidos, os outros estados continuarão com um comportamento competitivo até que o predador seja destruído ou transformado interiormente. No entanto, no fato mais provável em que a predação derive, ao menos em parte, antes da interação sistêmica – talvez como resultado de se ter sido vitimizado no passado (pode-se pensar aqui da Alemanha Nazista ou da União Soviética) – é então reposta a uma identidade aprendida e, como tal, que pode ser transformada pela futura interação social sob forma de apaziguamento, garantias de que as necessidades de segurança serão cumpridas, efeitos sistêmicos sobre a política doméstica e assim por diante. Neste caso, em outras palavras, há mais esperança de que o processo possa transformar uma maçã podre em uma boa.

O papel da predação de gerar um sistema de autoajuda é, portanto, consistente com um foco sistemático acerca do processo. Mesmo que a fonte da predação seja inteiramente exógena ao sistema, é aquilo que os estados *fazem* que determina a qualidade das suas interações sob a anarquia. A este respeito, não é surpreendente que sejam os realistas clássicos, em vez dos realistas estruturais, que enfatizam esse tipo de argumento. A ênfase dos primeiros nas causas no nível de unidade da política de poder leva mais facilmente a uma visão permissiva do papel explanatório da anarquia (e, portanto, a uma visão processual das relações internacionais) do que a ênfase dos últimos sobre a anarquia como uma “causa estrutural”⁶²; os neorealistas não precisam da predação porque o sistema é dado como sendo de autoajuda.

Isso levanta uma nova questão sobre exatamente quanto e que tipo de função a natureza humana e a política doméstica desempenham na política mundial. Quanto

⁶² Uma intuição similar pode estar por trás do esforço de Ashley de reapropriar o discurso de realistas clássicos para uma teoria crítica de relações internacionais. Cf. Richard Ashley, "Political Realism and Human Interests," *International Studies Quarterly* 38 (June 1981), pág. 204-36.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

maior e mais destrutiva esta função, mais significativa será a predação e, assim, a anarquia será menos passível para a formação de identidades coletivas. Os realistas clássicos, é claro, supuseram que a natureza humana era possuída pelo apetite inerente de poder e glória. Meu argumento sugere que suposições como estas foram feitas por uma razão: um homem hobbesiano imutável fornece a causa poderosamente eficiente e necessária para um pessimismo implacável sobre a política mundial, o que a estrutura anárquica por si própria, ou mesmo a estrutura mais a predação intermitente, não pode proporcionar. Pode-se ser cético, como eu sou, de tal suposição essencialista, mas esta produz resultados determinantes à custa da teoria sistêmica. Um interesse com o processo sistêmico sobre a estrutura sugere que talvez seja o momento para reaver o debate acerca da importância relativa das teorias de primeira, segunda e terceira imagens da formação de identidade do estado

63.

Assumindo por ora que as teorias sistêmicas da formação de identidade na política mundial valem a pena serem exploradas, permita-me concluir sugerindo que a aliança realista-racionalista “reifica” a autoajuda no sentido de tratá-la como algo separado das práticas pelas quais é produzida e sustentada. Peter Berger e Thomas Luckmann definem a reificação da seguinte maneira: “É a apreensão dos produtos da atividade humana *como se* fossem outra coisa do que produtos humanos – tais como fatos da natureza, resultados de leis cósmicas, ou manifestações de vontade divina. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano e, ainda mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida para a consciência. O mundo reificado é [...] experimentado pelo homem

⁶³ O próprio Waltz ajudou iniciar tal debate com seu reconhecimento de que fatores sistêmicos condicionam (mas não determinam) a ação dos estados. Cf. Kenneth Waltz, "Reflections on *Theory of International Politics*. A Response to My Critics," in Robert Keohane, ed., *Neorealism and Its Critics* (Nova York: Editora da Universidade de Columbia, 1986), pág. 322-45. A literatura crescente sobre a observação de que “as democracias não lutam entre si” é relevante para essa questão, assim como o são dois outros estudos que abriram um importante caminho em direção a uma teoria “reducionista” da identidade do estado: um é de William Bloom, *Personal Identity, National Identity and International Relations* (Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge, 1990) e o outro de Lumsdaine, *Ideals and Interests*.



como uma factualidade estranha, um *opus alienum* sobre o qual ele não tem controle, em vez de um *opus proprium* de sua própria atividade produtiva”⁶⁴. Ao negar ou ignorar a autoria coletiva dos interesses e das identidades dos estados, em outras palavras, a aliança realista-racionalista nega ou ignora o fato de que a política de poder competitiva ajuda a criar o próprio “problema de ordem” que deveria resolver – de que o realismo é uma profecia autorrealizável. Longe de ser exogenamente dado, o conhecimento intersubjetivo que constitui identidades e interesses competitivos é construído pelos processos diários de “formação social da vontade”⁶⁵. É o que os estados têm feito de si mesmos.

TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS DA POLÍTICA DE PODER

Vamos assumir que os processos da formação de identidade e interesse tenham criado um mundo no qual os estados não reconhecem direitos ao território ou à existência – uma guerra de todos contra todos. Nesse mundo, a anarquia tem um sentido “realista” para a ação estatal: esteja inseguro e preocupado com o poder relativo. A anarquia tem esse sentido somente em virtude das práticas coletivas de produção de insegurança, mas, se estas práticas são relativamente estáveis, elas constituem um sistema que pode resistir à mudança. O fato de que os mundos da política de poder são socialmente construídos, em outras palavras, não garante que sejam maleáveis, por pelo menos duas razões.

A primeira razão é a de que, uma vez constituído, qualquer sistema social confronta cada um de seus membros como um fato social objetivo que reforça certos comportamentos e desencoraja outros. Os sistemas de autoajuda, por exemplo, tendem a recompensar a competição e punir o altruísmo. A possibilidade de

⁶⁴ Cf. Berger and Luckmann, *The Social Construction of Reality*, pág. 89. Cf. também Douglas Maynard e Thomas Wilson, “On the Reification of Social Structure,” in Scott McNall and Gary Howe, eds., *Current Perspectives in Social Theory*, vol. 1 (Greenwich, Connecticut: Editora JAI Press, 1980), pág. 287-322.

⁶⁵ Cf. Richard Ashley, “Social Will and International Anarchy,” in Hayward Alker e Richard Ashley, eds., *After Realism*, trabalho em progresso, Instituto de Tecnologia de Massachussetts, Universidade do Estado de Cambridge e da Arizona, Tempe, 1992.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

mudança depende de se as exigências de tal competição deixam espaço para ações que desviam do roteiro prescrito. Se elas não o fazem, o sistema será reproduzido e os atores desviantes não o serão ⁶⁶.

A segunda razão é a de que a mudança sistêmica pode também ser inibida pelos interesses dos atores em manter funções de identidades relativamente estáveis. Tais interesses são enraizados não somente no desejo de minimizar a incerteza e a ansiedade, manifestos em esforços para confirmar crenças existentes acerca do mundo social, mas também no desejo de evitar os custos esperados da quebra de comprometermos feitos a outros – notavelmente, os eleitorados domésticos e as alianças externas, no caso dos estados – como parte de práticas do passado. O nível de resistência que esses comprometermos induzem dependerá da “saliência” da função das identidades particulares ao ator ⁶⁷. É mais provável que os Estados Unidos, por exemplo, resistem a ameaças à sua identidade como “líderes da cruzada anticomunista” do que de sua identidade como “promotores dos direitos humanos”. Mas, para quase qualquer função de identidade, as práticas e informações que as desafiam provavelmente criarão dissonâncias cognitivas e até percepções de ameaça, e estas podem causar resistência às transformações de si próprio e, portanto, à mudança social ⁶⁸.

⁶⁶ Cf. Ralph Turner, "Role-Taking: Process Versus Conformity," in Rose, *Human Behavior and Social Processes*, pág. 20-40; e Judith Howard, "From Changing Selves Toward Changing Society," in Howard e Callero, *The Self-Society Dynamic*, pág. 209-37.

⁶⁷ Sobre a relação entre comprometimento e identidade, Cf. Foote, "Identification as the Basis for a Theory of Motivation"; Howard Becker, "Notes on the Concept of Commitment," *American Journal of Sociology* 66 (Julho 1960), pág. 32-40; e Stryker, *Symbolic Interactionism*. Sobre a saliência dos papéis, Cf. Stryker, *ibid*.

⁶⁸ Sobre as ameaças à identidade e os tipos de resistência que elas podem criar, Cf. Glynis Breakwell, *Coping with Threatened Identities* (Londres: Editora Methuen, 1986); e Terrell Northrup, "The Dynamic of Identity in Personal and Social Conflict," in Louis Kreisberg et al., eds., *Intractable Conflicts and Their Transformation* (Siracusa, Nova York: Editora da Universidade da Siracusa, 1989), pág. 55-82. Para uma ampla visão sobre a resistência à mudança, Cf. Timur Kuran, "The Tenacious Past: Theories of Personal and Collective Conservatism," *Journal of Economic Behavior and Organization* 10 (Setembro 1988), pág. 143-71.



Para ambas as razões sistêmicas e “psicológicas”, portanto, os entendimentos intersubjetivos e as expectativas podem ter uma qualidade de autoperpetuação, constituindo dependências de caminho (*path-dependency*) que novas ideias de si próprio e de outro devem transcender. Isto não muda o fato de que, por meio da prática, os agentes estejam continuamente produzindo e reproduzindo identidades e interesses, continuamente “escolhendo agora as preferências que terão posteriormente”⁶⁹. Mas, por outro lado, isso quer de fato dizer que as escolhas podem não ser experimentadas com graus significativos de liberdade. Isto pode ser uma justificativa construtivista para a posição realista de que somente a aprendizagem simples é possível em sistemas de autoajuda. O realista pode reconhecer ao fato de que tais sistemas são socialmente construídos e, ainda assim, argumentar que, após a institucionalização das identidades e dos interesses correspondentes, estes são quase impossíveis de serem transformados.

Na parte remanescente deste artigo, examino três transformações institucionais de identidade e interesse de segurança por meio das quais os estados podem escapar do mundo hobbesiano de sua própria criação. Ao fazê-lo, busco esclarecer o que significa dizer que “as instituições transformam identidades e interesses”, enfatizando que a chave para tais transformações está na prática relativamente estável.

SOBERANIA, RECONHECIMENTO E SEGURANÇA

No estado de natureza hobbesiano, os estados são individualizados pelos processos domésticos que os constituem como estados e pela capacidade material de dissuadir ameaças de outros estados. Nesse mundo, mesmo se momentaneamente livre da predação de outros, a segurança estatal não tem base alguma no reconhecimento social – nos entendimentos intersubjetivos ou em normas

⁶⁹ James March, “Bounded Rationality, Ambiguity, and the Engineering of Choice,” *Bell Journal of Economics* 9 (Outono 1978), pág. 600.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

de que o estado tem o direito à sua existência, território e população. A segurança é uma questão de poder nacional, nada mais.

O princípio da soberania transforma essa situação, fornecendo a base social para a individualidade e a segurança dos estados. A soberania é uma instituição, e ela existe, portanto, somente em virtude de certos entendimentos intersubjetivos e de expectativas; não há soberania sem um outro. Esses entendimentos e expectativas constituem não somente um tipo específico de estado – o estado “soberano” – mas também constitui uma forma específica de comunidade, uma vez que as identidades são relacionais. A essência dessa comunidade é um reconhecimento mútuo do direito de cada um de exercer autoridade política exclusiva dentro de limites territoriais. Essas “permissões”⁷⁰ recíprocas constituem um mundo espacial, em vez de um mundo funcionalmente diferenciado – um mundo no qual os campos de prática constituem, e são organizados em torno de, espaços “domésticos” e “internacionais”, e não em torno do desempenho de atividades específicas⁷¹. O local das fronteiras entre esses espaços é às vezes contestado, é claro, sendo a guerra uma prática por meio da qual os estados negociam os termos de sua individualidade. Mas isto não muda o fato de que é somente em virtude do reconhecimento mútuo que os estados têm “direito à propriedade territorial”⁷². Este reconhecimento funciona como uma

⁷⁰ Haskell Fain, *Normative Politics and the Community of Nations* (Filadélfia: Editora da Universidade de Temples, 1987).

⁷¹ Essa é a base intersubjetiva para o princípio da não diferenciação funcional entre os estados, que não se encontra na definição de Waltz sobre a estrutura, porque esta última não tem nenhuma base intersubjetiva explícita. Nos estudos de relações internacionais, a produção social do espaço territorial tem sido enfatizada principalmente pelos pós-estruturalistas. Cf., por exemplo, Richard Ashley, “The Geopolitics of Geopolitical Space: Toward a Critical Social Theory of International Politics,” *Alternatives* 12 (Outubro 1987), pág. 403-34; e Simon Dalby, *Creating the Second Cold War* (Londres: Editora Pinter, 1990). Mas a ideia do espaço como sendo tanto o produto quanto o constituinte da prática, também é proeminente no discurso estruturacionista. Cf. Giddens, *Central Problems in Social Theory*; e Derek Gregory e John Urry, eds., *Social Relations and Spatial Structures* (Londres: Editora Macmillan, 1985).

⁷² Cf. John Ruggie, “Continuity and Transformation in the World Polity: Toward a Neorealist Synthesis”, *World Politics* 35 (Janeiro 1983), pág. 261-85. Em *Mind, Self, and Society*, pág. 161, Mead oferece o seguinte argumento: “Se dissermos ‘isto é minha propriedade, irei controlá-la’, esta afirmação evoca certo conjunto de respostas que devem ser as mesmas em qualquer comunidade em que a propriedade existir. A afirmação envolve uma atitude organizada com referência à propriedade, que é



forma de “encerramento social”, que desempodera atores não estatais e empodera e ajuda estabilizar a interação entre estados ⁷³.

As normas de soberania são hoje levadas como tão certas, tão naturais, que é fácil negligenciar o ponto até o qual elas são pressupostas pela, e artefatos contínuos da, prática. Quando os estados taxam “seus” “cidadãos” e não a outros, quando “protegem” seus mercados contra a “importação” estrangeira, quando matam milhares de iraquianos em um tipo de guerra e depois se recusam a “intervir” para matar uma pessoa sequer em outro tipo de guerra – uma guerra “civil” – e quando lutam numa guerra global contra um regime que buscou destruir a instituição da soberania e então dar a Alemanha de volta aos alemães, estes estados estão agindo diante do plano de fundo das normas compartilhadas (e as reproduzindo) sobre o que significa ser um estado soberano.

Se os estados parassem de agir com base nessas normas, suas identidades enquanto “soberanos” (se não necessariamente enquanto “estados”) desapareceriam. O estado soberano é a consumação da prática, não a criação “uma vez e por todas” de normas que existem de alguma forma à parte da prática ⁷⁴. Portanto, dizer que “a instituição da soberania transforma identidades” é um atalho para dizer que “práticas regulares produzem identidades soberanas mutuamente constituídas (agentes) e

comum a todos os membros da comunidade. Uma pessoa deve ter uma atitude de controle definitiva sobre sua própria propriedade, e respeitar a propriedade dos outros. Essas atitudes (enquanto conjuntos organizados de respostas) devem ocorrer no todo, para que quando alguém disser tal coisa, esta pessoa estará evocando nela mesma a resposta dos outros. São tais respostas que fazem a sociedade possível”.

⁷³ Para uma definição e discussão sobre “encerramento social”, Cf. Raymond Murphy, *Social Closure* (Oxford: Editora Clarendon, 1988).

⁷⁴ Cf. Richard Ashley, “Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique”, *Millennium* 17 (Summer 1988), pág. 227-62. Aqueles com uma sensibilidade mais modernista encontrarão uma visão igualmente centrada na prática das instituições na observação de Blumer, na p. 19, em “The Methodological Position of Symbolic Interactionism”: A aceitação sem motivo dos conceitos de normas, valores, regras sociais e similares não deve cegar o cientista social do fato de que qualquer um deles (os cientistas) está subtendido a um processo de interação social – um processo que é necessário não somente por suas mudanças (dos cientistas), mas igualmente por suas retenções a uma norma fixa. “É o processo social na vida em grupo que cria e mantém as regras, não as regras que criam e mantêm a vida em grupo”.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

suas normas institucionais associadas (estruturas)". A prática é o núcleo das resoluções construtivistas no problema agente-estrutura. Esse processo contínuo pode não ser politicamente problemático em contextos históricos específicos e, de fato, uma vez que uma comunidade de reconhecimento mútuo for constituída, seus membros – mesmo os desfavorecidos ⁷⁵ – podem ter interesses em reproduzi-la. De fato, isso é parte do que significa ter uma identidade. Mas essa identidade e essa instituição permanecem dependentes do que os atores fazem: remover essas práticas fará remover suas condições intersubjetivas de existência.

Isso pode nos dizer algo sobre como as instituições de estados soberanos são reproduzidas por meio da interação social, mas não nos diz por que tal estrutura de identidade e interesses surgiria. Duas condições parecem necessárias para que isso aconteça: (1) a densidade e a regularidade das interações devem ser suficientemente altas e (2) os atores devem estar insatisfeitos com formas preexistentes de identidade e interação. Dadas estas condições, uma norma de reconhecimento mútuo é relativamente pouco exigida em termos de confiança social, tendo forma de um jogo de garantias no qual um ator irá reconhecer a soberania de outros desde que, em troca, estes reconheçam a soberania daquele ator. A articulação de princípios legais internacionais como aqueles incorporados na Paz de Augsburg (1555) e na Paz de Westfália (1648) podem também ajudar ao estabelecer critérios explícitos a determinadas violações do nascente consenso social ⁷⁶. Mas se tal consenso pode ser sustentado, isto depende daquilo que os estados fazem. Se tratarem uns aos outros como se fossem soberanos, então, com o tempo, irão institucionalizar esse modo de subjetividade; caso contrário, esse modo não se transformará em norma.

As práticas de soberania transformarão entendimentos de segurança e política de poder em pelos menos três formas. Primeiro, os estados definirão sua (e nossa)

⁷⁵ Cf., por exemplo, Mohammed Ayoob, "The Third World in the System of States: Acute Schizophrenia or Growing Pains?" *International Studies Quarterly* 33 (March 1989), pág. 67-80.

⁷⁶ Cf. William Coplin, "International Law and Assumptions About the State System," *World Politics* 17 (Julho 1965), pág. 615-34.



segurança em termos da preservação de seus “direitos de propriedade” sobre territórios específicos. Vemos isto agora como algo natural, mas a preservação das fronteiras territoriais não é, de fato, equivalente à sobrevivência do estado ou de sua população. De fato, alguns estados estariam provavelmente mais seguros se não renunciassem a certos territórios – a “União Soviética” de algumas repúblicas minoritárias, a “Iugoslávia” da Croácia e da Eslovênia, Israel da Cisjordânia e assim por diante. O fato de que as práticas de soberania têm sido historicamente orientadas a produzirem espaços territoriais distintos, em outras palavras, afeta a concepção do que se deve “assegurar” para funcionar nessa identidade, um processo que pode ajudar a entender a “rigidez” das fronteiras territoriais através dos séculos ⁷⁷.

Segundo, até o ponto em que os estados internalizam exitosamente normas de soberania, eles serão mais respeitosos aos direitos territoriais de outros ⁷⁸. Essa limitação *não é* essencialmente devida aos custos de violação das normas de soberania – apesar de que, quando os violadores são punidos (como na Guerra do Golfo), isto faz lembrar a todos quais esses custos podem ser – mas porque parte daquilo que significa ser um estado “soberano” é que não se viola os direitos territoriais de outros sem “justa causa”. Um exemplo claro de tal efeito institucional, argumentado convincentemente por David Strang, é o tratamento nitidamente diferente que recebem os estados fracos dentro e fora das comunidades de reconhecimento mútuo ⁷⁹. O que impede os estados Unidos de conquistarem as

⁷⁷ Cf. Anthony Smith, “States and Homelands: The Social and Geopolitical Implications of National Territory,” *Millennium* 10 (Outono 1981), pág. 187-202.

⁷⁸ Isso pressupõe que não existem outros princípios competitivos que organizam o espaço político e a identidade no sistema internacional e que coexiste com noções tradicionais de soberania; de fato, é claro, existem. Sobre as “esferas de influência” e “impérios informais”, Cf. Jan Triska, ed., *Dominant Powers and Subordinate States* (Durham, Carolina do Norte: Editora da Universidade de Duke, 1986); e Ronald Robinson, “The Excentric Idea of Imperialism, With or Without Empire,” in Wolfgang Mommsen e Jurgén Osterhammel, eds., *Imperialism and After: Continuities and Discontinuities* (Londres: Editora Allen & Unwin, 1986), pág. 267-89. Sobre as concepções árabes de soberania, Cf. Michael Barnett, “Sovereignty, Institutions, and Identity: From Pan-Arabism to the Arab State System”, manuscrito não publicado, Universidade de Wisconsin, Madison, 1991.

⁷⁹ David Strang, “Anomaly and Commonplace in European Expansion: Realist and Institutional Accounts,” *International Organization* 45 (Primavera 1991), pág. 143-62.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

Bahamas, ou a Nigéria de se apossar do Togo, ou ainda a Austrália de ocupar Vanuatu? Claramente, a questão não é o poder e, nesses casos, mesmo os custos da sanção seriam provavelmente insignificantes. Pode-se argumentar que as grandes potências simplesmente não têm “interesse” nessas conquistas, e pode ser assim de fato, mas essa falta de interesse só pode ser entendida nos termos de seus reconhecimentos da soberania dos estados fracos. Não tenho interesse algum em explorar meus amigos, não por causa dos custos e benefícios relativos de tal atitude, mas porque são meus amigos. A ausência de reconhecimento, em troca, ajuda a explicar as práticas de conquista dos estados Ocidentais e também as de escravidão e genocídio contra os povos nativos americanos e africanos. É *naquele* mundo em que somente o poder tem importância, não no mundo de hoje.

Por fim, até o ponto em que a socialização contínua ensina aos estados que suas soberanias dependem do reconhecimento por outros estados, estes podem permitir-se contar mais com o tecido institucional da sociedade internacional e menos com os meios nacionais individuais – especialmente o poder militar – para protegerem sua segurança. Os entendimentos intersubjetivos incorporados na instituição da soberania, em outras palavras, podem redefinir o significado do poder de outros para a segurança de si próprio. Em termos políticos, isto significa que os estados podem estar menos preocupados em relação à sobrevivência de curto prazo e ao poder relativo e podem, então, deslocar seus recursos conformemente. Ironicamente, são as grandes potências, os estados com os maiores meios nacionais, que podem ter maior dificuldade de aprender essa lição; as potências pequenas não têm o privilégio de poderem contar com meios nacionais e podem, portanto, aprender mais rapidamente que o reconhecimento coletivo é a pedra angular da segurança.

Nada disso quer dizer que o poder se torna irrelevante em uma comunidade de estados soberanos. Às vezes, os estados *são* ameaçados por outros que não reconhecem sua existência ou reivindicação territorial específica, que se ressentem às



externalidades de suas políticas econômicas e assim por diante. Mas, na maioria das vezes, essas ameaças são desempenhadas dentro dos termos do jogo da soberania. Os destinos de Napoleão e Hitler mostram o que acontece quando não os são.

COOPERAÇÃO ENTRE EGOÍSTAS E TRANSFORMAÇÕES DE IDENTIDADE

Começamos esta seção com o estado de natureza hobbesiano. A cooperação para ganho coletivo é extremamente difícil nesse contexto, uma vez que há carência de confiança, horizontes de tempo são curtos e as preocupações de poder relativo são altas. A vida é "sórdida, brutal e curta". A soberania transforma esse sistema em um mundo lockeano de direitos de propriedade mutuamente reconhecidos (em sua maioria) e de concepções egoístas (em sua maior parte) de segurança ao invés de competitivas, reduzindo o medo de que o que os estados já possuem será confiscado a qualquer momento por potenciais colaboradores, permitindo-os, portanto, contemplar formas mais diretas de cooperação. Uma condição necessária para tal cooperação é a de que os resultados sejam positivamente interdependentes, no sentido de que existem ganhos potenciais que não podem ser realizados pela ação unilateral. Estados como o Brasil e a Botswana podem reconhecer suas soberanias reciprocamente, mas necessitam de incentivos maiores para engajarem em ação conjunta. Uma importante fonte de incentivos é a crescente "densidade dinâmica" da interação entre estados em um mundo com novas tecnologias de comunicação, armas nucleares, externalidades ao desenvolvimento industrial e assim por diante⁸⁰. Infelizmente, a crescente densidade dinâmica não assegura que os estados irão de fato realizar ganhos conjuntos; a interdependência também implica vulnerabilidade e

⁸⁰ Sobre a "densidade dinâmica", Cf. Ruggie, "Continuity and Transformation in the World Polity"; e Waltz, "Reflections on *Theory of International Politics*". O papel da interdependência de condicionar a velocidade e profundidade da aprendizagem social é muito maior do que a atenção que dei. Sobre as consequências da interdependência sob a anarquia, Cf. Helen Milner, "The Assumption of Anarchy in International Relations Theory: A Critique", *Review of International Studies* 17 (Janeiro 1991), pág. 67-85.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

o risco de se ser “o idiota” que, se explorado, se tornará uma fonte de conflito, ao invés de cooperação.

Essa é a base lógica para a suposição familiar de que os estados egoístas se encontrarão frequentemente defrontando o dilema do prisioneiro, um jogo no qual a estratégia dominante, se jogada uma só vez, é a de desertar. No entanto, como mostrou Michael Taylor e Robert Axelrod, dada a iteração e um prenúncio suficiente do futuro, os egoístas, usando uma estratégia *tit-for-tat*⁸¹, podem escapar a esse resultado e construir instituições cooperativas⁸². A narrativa que contam sobre esse processo, em sua superfície, parece similar à análise construtivista sobre a interação de George Herbert Mead, parte da qual também é contada em termos de “jogos”⁸³. A cooperação é um gesto indicando a vontade do “eu” de cooperar; se o “outro” desertar, o “eu” responderá de acordo, sinalizando sua relutância em ser explorado; ao longo do tempo, e por meio do desempenho recíproco, cada um aprende a formar expectativas estáveis acerca do comportamento do outro e, por meio destas, formam-se hábitos de cooperação (ou de deserção). Apesar de preocupações similares com a comunicação, aprendizagem e formação de hábito, entretanto, há uma importante diferença entre a análise da interação feita pela Teoria dos Jogos e pelo construtivismo que dá luz à forma pela qual conceituamos os poderes causais das instituições.

Na análise tradicional da Teoria dos Jogos sobre a cooperação, mesmo em uma análise iterada, a estrutura do jogo – de identidades e interesses – é exógena à interação e, como tal, não muda⁸⁴. Uma “caixa preta” é posta ao redor da formação de identidade e interesse, e a análise foca-se, em vez disto, no relacionamento entre

⁸¹ Estratégia da Teoria dos Jogos que significa “olho por olho” (*Nota do tradutor*).

⁸² Cf. Michael Taylor, *Anarchy and Cooperation* (Nova York: Editora Wiley, 1976); e Robert Axelrod, *The Evolution of Cooperation* (Nova York: Editora Basic Books, 1984).

⁸³ Mead, *Mind, Self, and Society*.

⁸⁴ Estritamente falando, isso não é verdade, uma vez que, em jogos iterados, a soma de futuros benefícios aos atuais muda a estrutura de recompensa do jogo para T1, neste caso, do dilema do prisioneiro para um jogo de garantias. No entanto, essa transformação de interesse ocorre inteiramente dentro do ator e, como tal, não é uma função da interação com o outro.



expectativas e comportamento. As normas que evoluem da interação são tratadas como regras e regularidades comportamentais, que são externas aos atores e que resistem à mudança por causa dos custos transacionais da criação de novas normas. A análise da Teoria dos Jogos sobre a cooperação entre egoístas é, em sua base, comportamental.

Uma análise construtivista da cooperação, em contraste, se concentraria em explicar como as expectativas produzidas pelo comportamento afetam identidades e interesses. O processo de criação de instituições é de internalização de novos entendimentos de si próprio e de outro, de adquirir novas funções de identidade, não somente de criar restrições externas sobre o comportamento de atores exogenamente constituídos⁸⁵. Mesmo que não seja assim intencionado, em outras palavras, o processo pelo qual egoístas aprendem a cooperar é, ao mesmo tempo, um processo de reconstrução de seus interesses em termos de comprometimentos compartilhados com as normas sociais. Ao longo do tempo, isto tenderá a transformar uma interdependência positiva de *resultados* em uma interdependência positiva de *utilidades* ou em interesse coletivo organizado em torno das normas em questão. Estas normas resistirão à mudança porque estão atadas aos comprometimentos dos atores às suas identidades e a seus interesses, não meramente por causa de custos transacionais. Uma análise construtivista do “problema da cooperação” é, em outras palavras, cognitiva em sua base, em vez de comportamental, uma vez que aquela trata o conhecimento intersubjetivo que define a estrutura de identidades e interesses, do “jogo”, como endógeno à, e instanciado pela própria, interação.

O debate acerca do futuro da segurança coletiva na Europa Ocidental pode ilustrar a significância dessa diferença. Uma análise do liberalismo fraco ou do

⁸⁵ Para fazer justiça a Axelrod, ele aponta que a internalização das normas é uma possibilidade real que pode aumentar a resistência das instituições. Meu ponto é o de que essa importante ideia não pode ser derivada a partir de uma abordagem à teoria que toma as identidades e os interesses como exogenamente dados.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

racionalismo assumiria que o “portfólio” de interesses dos estados europeus não mudou fundamentalmente e que a emergência de novos fatores, como o colapso da ameaça soviética e a ascensão da Alemanha, alterariam suas proporções de custo-benefício para buscar arranjos atuais, causando, portanto, a quebra de instituições existentes. Os Estados europeus formaram instituições colaborativas permanentes, razões egoístas exogenamente constituídas, e as mesmas razões podem levá-los a rejeitar estas instituições; o jogo da política de poder europeia não tem mudado. Uma análise dos liberais fortes ou dos construtivistas acerca desse problema sugeriria que quatro décadas de cooperação podem ter transformado uma interdependência positiva de resultados em uma “identidade europeia” coletiva, nos termos dos quais os estados definem crescentemente seus interesses próprios⁸⁶. Mesmo se as razões egoístas fossem o ponto de partida da União Europeia, o processo de cooperação tenderia a redefinir estas razões ao reconstruir identidades e interesses em termos de novos entendimentos intersubjetivos e novos comprometimentos. As mudanças na distribuição do poder durante o final do século XX são, indubitavelmente, um desafio a esses novos entendimentos, mas não é como se os estados europeus ocidentais tivessem algum interesse inerente, exogenamente dado, de abandonarem a segurança coletiva, caso o preço seja justo. Suas identidades e seus interesses de segurança são contínuos no processo, e se as identidades coletivas tornam-se incorporadas, estas serão resistentes à mudança, assim como as egoístas⁸⁷. Por meio da participação em novas formas de conhecimento social, em outras palavras, os estados europeus da década de 1990 podem não ser mais os estados da de 1950.

TEORIA ESTRATÉGICA CRÍTICA E SEGURANÇA COLETIVA

A transformação da identidade e do interesse por meio de uma “evolução da cooperação” se defronta com duas restrições importantes. A primeira é a de que o

⁸⁶ Sobre a “identidade europeia”, Cf. Barry Buzan et al., eds., *The European Security Order Recast* (Londres: Editora Pinter, 1990), pág. 45-63.

⁸⁷ Sobre a “incorporação”, Cf. John Ruggie, “International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in a Postwar Economic Order”, in Krasner, *International Regimes*, pág. 195-232.

Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>



processo é incremental e lento. Os objetivos dos atores em tal processo são tipicamente os de realizar ganhos conjuntos dentro daquilo que definem como um contexto relativamente estável e é improvável, portanto, que se engajem em uma reflexão substancial sobre como mudar os parâmetros desse contexto (incluindo a estrutura de identidades e interesses) e também em políticas especificamente desenhadas para trazer tamanhas mudanças. Aprender a cooperar pode mudar tais parâmetros, mas isto ocorre como uma consequência não intencional de políticas seguidas por outras razões, e não como um resultado de esforços intencionais para transcender instituições existentes.

Uma segunda e mais fundamental restrição é a de que a história da evolução da cooperação pressupõe que os atores não se identifiquem negativamente uns com os outros. Estes devem estar preocupados primariamente com ganhos absolutos; até o ponto em que a antipatia e a desconfiança os levem a definir suas seguranças em termos relativistas, será difícil aceitar as vulnerabilidades que se observam na cooperação⁸⁸. Isto é importante porque é precisamente o “equilíbrio central” no sistema de estados que parece estar tão frequentemente em aflito com tal pensamento competitivo, e os realistas podem, portanto, argumentar que a possibilidade de cooperação dentro de um “polo” (por exemplo, o Ocidente) é parasitária na dominância da cooperação entre polos (o conflito Oriente-Occidente). As relações entre os polos podem ser passíveis de alguma reciprocidade positiva em áreas tais como controle de armas, mas a atmosfera da desconfiança deixa pouco espaço para tal cooperação e suas consequências transformadoras⁸⁹. As condições de identificação negativa, que fazem da “evolução da cooperação” algo mais necessário, trabalham justamente contra tal lógica.

⁸⁸ Cf. Grieco, “Anarchy and the Limits of Cooperation”.

⁸⁹ Sobre as dificuldades de se criar regimes de segurança cooperativos, dado os interesses competitivos, Cf. Robert Jervis, “Security Regimes”, in Krasner, *International Regimes*, pág. 173-94; e Charles Lipson, “International Cooperation in Economic and Security Affairs,” *World Politics* 37 (Outubro 1984), pág. 1-23.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

Essa situação aparentemente intratável pode, no entanto, ser passível de uma lógica diferente de transformação, dirigida mais por esforços autoconscientes para mudar estruturas de identidade e interesse do que por consequências não intencionais. Tal voluntarismo pode parecer contradizer o espírito do construtivismo, uma vez que os aspirantes revolucionários são, presumivelmente, eles mesmos efeitos da socialização em relação à estrutura de identidade e interesse. Como podem pensar sobre mudar aquilo a que devem suas identidades? A possibilidade está na distinção entre a determinação social de si próprio e da determinação pessoal da escolha, entre o que Mead chamou de "mim" ⁹⁰ e de "eu" ⁹¹. O "mim" é aquela parte de subjetividade que é definida em termos dos outros; as expectativas de caráter e comportamento da função da identidade de uma pessoa enquanto "professor" ou dos Estados Unidos enquanto "líderes da aliança", por exemplo, são socialmente constituídas. As funções não são desempenhadas de maneira mecânica de acordo com roteiros precisos, mas são "tomadas" e adaptadas, entretanto, em formas idiossincráticas por cada ator ⁹². Mesmo nas situações mais constrangedoras, a execução da função envolve uma escolha por parte do ator. O "eu" é parte da subjetividade na qual reside essa apropriação e reação às funções e às suas liberdades existenciais correspondentes.

O fato de que funções são "tomadas" significa que, em princípio, os atores sempre têm uma capacidade para "planejamento de caráter" – de engajar-se em reflexão crítica acerca de si próprio e de escolhas projetadas a trazer mudanças em suas vidas ⁹³. Mas quando, ou sob quais condições, pode essa capacidade criativa ser

⁹⁰ No texto original, Wendt utiliza o pronome, em inglês, "me" (*Nota do Tradutor*).

⁹¹ Cf. Mead, *Mind, Self, and Society*. Para discussões úteis sobre esta distinção e suas implicações às noções de criatividade em sistemas sociais, Cf. George Cronk, *The Philosophical Anthropology of George Herbert Mead* (Nova York: Editora Peter Lang, 1987), pág. 3640; e Howard, "From Changing Selves Toward Changing Society".

⁹² Turner, "Role-Taking".

⁹³ Sobre o "planejamento de caráter", Cf. Jon Elster, *Sour Grapes: Studies in the Subversion of Rationality* (Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge, 1983), pág. 117. Para outras abordagens do problema da mudança autoiniciada, Cf. Harry Frankfurt, "Freedom of the Will and the Concept of a Person", *Journal of Philosophy* 68 (Janeiro 1971), pág. 5-20; Amartya Sen, "Rational Fools:



exercida? Claramente, na maior parte do tempo, não se pode: se os atores estivessem constantemente reinventando suas identidades, a ordem social seria impossível e a relativa estabilidade de identidades e interesses no mundo real é um indicativo da nossa propensão para a ação habitual, em vez de criadora. A escolha consciente excepcional para transformar ou transcender funções tem ao menos duas precondições. Primeiro, deve haver uma razão para pensar em si próprio em novos termos. Isto é mais provável de decorrer da presença de novas situações sociais que não podem ser manejadas em termos de autoconcepções preexistentes. Segundo, os custos esperados da mudança intencional de função – as sanções impostas por outros com quem se interagiu em funções anteriores – não podem ser maiores do que as recompensas.

Quando essas condições estão presentes, os atores podem engajar em autorreflexão e em práticas especificamente projetadas para transformar suas identidades e seus interesses e, então, para “mudar os jogos” em que estão incorporados. Tal teoria e prática estratégica “crítica” não tem recebido a atenção que merece dos estudantes de política internacional (provavelmente outro legado dos interesses exogenamente dados), tendo em conta particularmente que um dos mais importantes fenômenos da política internacional contemporânea, a política do “Novo Pensamento” de Mikhail Gorbachev, seja precisa e provavelmente isso⁹⁴. Permitam-me, portanto, utilizar desta política como um exemplo de como os estados podem

A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory," *Philosophy and Public Affairs* 6 (Verão 1977), pág. 317-44; e Thomas Schelling, "The Intimate Contest for Self-Command," *The Public Interest* 60 (Verão 1980), pág. 94-118.

⁹⁴ Para visões gerais úteis sobre o Novo Pensamento, Cf. Mikhail Gorbachev, *Perestroika: New Thinking for Our Country and the World* (Nova York: Editora Harper & Row, 1987); Vendulka Kubalkova e Albert Cruickshank, *Thinking New About Soviet "New Thinking"* (Berkeley: Instituto de Estudos Internacionais, 1989); e Allen Lynch, *Gorbachev's International Outlook: Intellectual Origins and Political Consequences* (Nova York: Instituto para Estudos Leste-Oeste, 1989). Não está claro até que ponto o Novo Pensamento seja uma política consciente e oposta a uma política *ad hoc*. O intenso debate teórico e político dentro da União Soviética acerca do Novo Pensamento e a ideia frequentemente declarada de tirar a “desculpa” Ocidental por temer a União Soviética sugerem que seja uma política consciente, mas permanecerei aqui agnóstico e simplesmente assumirei que pode ser produtivamente interpretado “como se” tivesse a forma que descrevi.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

transformar um sistema competitivo em um cooperativo, dividindo o processo transformativo em quatro fases.

A primeira fase da transformação intencional é a quebra do consenso acerca de comprometimentos com a identidade. No caso soviético, os comprometimentos com a identidade centraram-se na teoria imperialista leninista, com a crença de que as relações entre estados capitalistas e socialistas são inerentemente conflituosas e acerca dos padrões de aliança que esta crença engendrou. Na década de 1980, o consenso dentro da União Soviética sobre a teoria leninista desmantelou-se por uma série de razões, dentre as quais, principalmente, parece ter sido a inabilidade do estado de adequar-se ao desafio econômico-tecnológico-militar do Ocidente, o declínio de legitimidade política no país e a garantia, por parte do Ocidente, de que não pretendia invadir a União Soviética, uma garantia que reduziu os custos externos da mudança de função⁹⁵. Estes fatores calcaram o caminho para a transição de liderança radical e para o subsequente “descongelamento dos esquemas de conflito” no tocante às relações com o Ocidente⁹⁶.

A quebra do consenso torna possível um segundo estágio de examinação crítica das velhas ideias acerca de si próprio e de outros e, por extensão, das estruturas de interação pelas quais as ideias têm sido sustentadas. Em períodos relativamente estáveis de funções de identidade, as ideias e estruturas podem se tornar reificadas e, portanto, serem tratadas como coisas que existem independentemente da ação social. Se assim for, a segunda fase é de desnaturalização, de identificação das práticas que reproduzem ideias aparentemente

⁹⁵ Para visões gerais úteis acerca desses fatores, Cf. Jack Snyder, "The Gorbachev Revolution: A Waning of Soviet Expansionism?" *World Politics* 12 (Inverno 1987-88), pág. 93-121; e Stephen Meyer, "The Sources and Prospects of Gorbachev's New Political Thinking on Security", *International Security* 13 (Outono 1988), pág. 124-63.

⁹⁶ Cf. Daniel Bar-Tal et al., "Conflict Termination: An Epistemological Analysis of International Cases," *Political Psychology* 10 (Junho 1989), pág. 233-55. Para um exemplo não relacionado, mas interessante, de como cognições em mudança tornam possível a mudança organizacional, Cf. Jean Bartunek, "Changing Interpretive Schemes and Organizational Restructuring: The Example of a Religious Order", *Administrative Science Quarterly* 29 (Setembro 1984), pág. 355-72.



inevitáveis acerca de si próprio e de outros; até este ponto, torna-se uma forma de teoria "crítica", em vez de teorias de "solução de problemas" ⁹⁷. O resultado de tal crítica deve ser o de uma identificação de novos "possíveis eus" e aspirações ⁹⁸. O "Novo Pensamento" incorpora tal teorização crítica. Gorbachev quer livrar a União Soviética da lógica social coerciva da Guerra Fria e engajar o Ocidente em cooperação de longo alcance. Em direção a este fim, ele rejeitou a crença leninista do conflito de interesses inerentes entre estados socialistas e capitalistas e, talvez mais importante, reconheceu a função crucial que desempenhavam as práticas agressivas soviéticas de sustentar aquele conflito.

Tal repensar abre caminho para uma terceira fase de novas práticas. Na maioria dos casos, não é suficiente repensar as ideias acerca de si próprio e de outros, uma vez que velhas identidades têm sido sustentadas por sistemas de interação com *outros* atores, práticas das quais permanecem um fato social para o agente transformador. A fim de mudar a si próprio, portanto, é frequentemente necessário mudar as identidades e os interesses dos outros que ajudam a sustentar esses sistemas de interação. A forma para induzir tal mudança é por meio das próprias práticas e, em específico, da prática de "*altercasting*" – uma técnica de controle interativo na qual o "eu" utiliza táticas de autoapresentação e de direção de cena, na tentativa de enquadrar as definições das situações sociais de outros em maneiras que criem a função que o "eu" deseja que o "outro" desempenhe ⁹⁹. Com efeito, no *altercasting*, o "eu" tenta induzir o "outro" a tomar uma nova identidade (e, portanto, de alistar o "outro" no esforço do "eu" de mudar a si próprio) ao tratar o

⁹⁷ Cf. Robert Cox, "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory", in Keohane, *Neorealism and Its Critics*, pág. 204-55. Cf. também Brian Fay, *Critical Social Science* (Ithaca, Nova York: Editora da Universidade de Cornell, 1987).

⁹⁸ Hazel Markus e Paula Nurius, "Possible Selves", *American Psychologist* 41 (Setembro 1986), pág. 954-69.

⁹⁹ Cf. Goffman, *The Presentation of Self in Everyday Life*; Eugene Weinstein e Paul Deutschberger, "Some Dimensions of Altercasting", *Sociometry* 26 (Dezembro 1963), pág. 454-66; e Walter Earle, "International Relations and the Psychology of Control: Alternative Control Strategies and Their Consequences", *Political Psychology* 7 (Junho 1986), pág. 369-75.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

"outro" *como se* já tivesse essa identidade. A lógica disto segue diretamente da teoria do espelho da formação de identidade, na qual a identidade do "outro" é um reflexo das práticas do "eu"; ao mudar estas práticas, o "eu" começa a mudar a concepção que o "outro" tem de si próprio.

Do que devem consistir essas práticas depende da lógica pela qual as identidades preexistentes foram sustentadas. Sistemas de segurança competitivos são sustentados por práticas que criam insegurança e desconfiança. Neste caso, as práticas transformadoras devem se esforçar a ensinar outros estados que um estado pode ser confiado e que não deve ser visto como uma ameaça à segurança dos outros. A forma mais rápida para fazer isso é realizando iniciativas unilaterais e comprometimentos autovinculados com suficiente significância para que o outro estado seja confrontado com "uma oferta que não pode negar" ¹⁰⁰. Gorbachev tentou fazer isso ao retirar a União Soviética do Afeganistão e do leste europeu, implementando cortes assimétricos em forças nucleares e convencionais, apelando a uma "defesa defensiva" e assim por diante. Além disso, ele lançou o Ocidente no papel de estar moralmente obrigado a dar ajuda e conforto à União Soviética, enfatizou os laços de destino comum entre a União Soviética e o Ocidente e indicou que o progresso futuro nas relações Leste-Oeste depende do Ocidente assumir a identidade que está sendo projetada em si próprio. Estas ações são todas dimensões do *altercasting*, cuja intenção é tirar a "desculpa" do Ocidente para desconfiar da União Soviética, as quais, na visão de Gorbachev, ajudaram a sustentar identidades competitivas no passado.

Contudo, essas práticas não podem, em si mesmas, transformar um sistema de segurança competitivo, uma vez que, caso não sejam reciprocadas pelo "outro", irão

¹⁰⁰ Cf. Volker Boge e Peter Wilke, "Peace Movements and Unilateral Disarmament: Old Concepts in a New Light," *Arms Control* 7 (Setembro 1986), pág. 156-70; Zeev Maoz e Daniel Felsenthal, "Self-Binding Commitments, the Inducement of Trust, Social Choice, and the Theory of International Cooperation", *International Studies Quarterly* 31 (Junho 1987), pág. 177-200; e V. Sakamoto, "Unilateral Initiative as an Alternative Strategy," *World Futures*, vol. 24, números 1- 4 , 1987, pág. 107-34.

Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>



expor o “eu” ao papel de “idiota” e rapidamente fazer “murchar a videira”. A fim de que a prática crítico-estratégica possa mudar identidades competitivas, deve-se ser recompensado pelo “outro”, fato que irá encorajar mais práticas dessa natureza pelo “eu” e assim por diante ¹⁰¹. No decorrer do tempo, isso institucionalizará uma identificação positiva, em vez de negativa, entre a segurança de si próprio e a do outro, e fornecerá, portanto, uma base intersubjetiva firme para o que inicialmente eram comprometimentos experimentais em relação a novas identidades e interesses ¹⁰².

Não obstante a retórica atual sobre o fim da Guerra Fria, os céticos podem ainda duvidar se Gorbachev (ou algum líder futuro) irá obter êxito em construir uma base intersubjetiva para uma nova função de identidade soviética (ou russa). Há importantes fontes de resistência (doméstica, burocrática e ideológico-cognitiva) no Oriente e no Ocidente a tal mudança, dentre as quais uma não menos importante são os tremores da posição doméstica das forças democráticas. Mas, se meu argumento sobre a função do conhecimento intersubjetivo de criar estruturas competitivas de identidade e interesse estiver certo, então, pelo menos, o “Novo Pensamento” mostra uma maior apreciação – consciente ou não – da profunda estrutura da política de poder do que aquela a que estamos acostumados na prática das relações internacionais.

CONCLUSÃO

Todas as teorias de relações internacionais são baseadas em teorias sociais da relação entre agência, processo e estrutura social. As teorias sociais não determinam

¹⁰¹ Sobre recompensas, Cf. Thomas Milburn e Daniel Christie, “*Rewarding in International Politics*”, *Political Psychology* 10 (Dezembro 1989), pág. 625-45.

¹⁰² A importância da reciprocidade em completar o processo de transformação estrutural faz a lógica nessa fase similar àquela da “evolução da cooperação”. A diferença é de pré-requisitos e de objetivo: na primeira, a redefinição experimental do “eu” acerca de si próprio lhe permite tentar mudar o “outro” ao agir “como se” ambos estivessem jogando um novo jogo; na última, o “eu” age somente com base em interesses dados e em experiências anteriores, com a transformação emergindo somente como uma consequência não intencionada.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

o conteúdo da nossa teorização internacional, mas estruturam as perguntas que fazemos sobre a política mundial e nossas abordagens para respondê-las. A questão substantiva em jogo, nos debates sobre teoria social, é que tipo de fundamento oferece o mais produtivo conjunto de perguntas e estratégias de pesquisa para explicar as mudanças revolucionárias que parecem estar ocorrendo no sistema internacional do final do século XX. Posto de forma simples, como devem ser as teorias sistêmicas de relações internacionais? Como estas devem conceber a relação entre estrutura e processo? Devem ser baseadas exclusivamente em analogias “microeconômicas”, nas quais as identidades e os interesses são exogenamente dados pela estrutura e o processo é reduzido às interações dentro destes parâmetros? Ou devem também ser baseadas em analogias “sociológicas” e “sócio-psicológicas”, nas quais as identidades e os interesses e, portanto, o significado da estrutura, são endógenos ao processo? Deve um individualismo-comportamental ou um construtivismo-cognitivo ser a base para teorias sistêmicas da política mundial?

Não obstante este artigo, essa questão é, em última análise, de natureza empírica por duas razões. Primeiro, sua resposta depende, em parte, de quão importante é a interação entre estados para a constituição de suas identidades e interesses. Por um lado, pode ser que fatores domésticos ou genéticos, que ignorei sistematicamente, sejam de fato determinantes muito mais importantes das identidades e dos interesses do que fatores sistêmicos. Considerando-se o ponto até o qual isto é verdade, a abordagem individualista ou racionalista, além do privilégio inerente da estrutura sobre o processo, torna-se substancialmente mais apropriada para a teoria sistêmica (se não para teorias de primeira e segunda imagem), uma vez que as identidades e os interesses são, *de facto*, amplamente exógenos à interação entre estados. Por outro lado, se os fatores ignorados são relativamente desimportantes ou se a importância do sistema internacional varia historicamente (talvez com o nível de densidade dinâmica e interdependência do sistema), então, tal



enquadramento não seria apropriado como fundamento exclusivo para a teoria sistêmica geral.

Segundo, a resposta à pergunta sobre como devem ser as teorias sistêmicas depende de quão facilmente as identidades e os interesses dos estados podem mudar como resultado da interação sistêmica. Mesmo que a interação seja inicialmente importante em construir identidades e interesses, uma vez institucionalizada sua lógica, pode se tornar extremamente difícil transformá-la. Se o significado da estrutura para a ação estatal muda tão lentamente que se torna um parâmetro *de facto* dentro do qual ocorre o processo, então ele pode ser novamente substancialmente apropriado para adotar a suposição racionalista de que as identidades e os interesses são algo dado (mesmo que, repito, isso possa variar historicamente).

Não podemos enfrentar essas questões empíricas, no entanto, ao menos que tenhamos um quadro de trabalho para realizar uma pesquisa sistêmica que trate da identidade e do interesse do estado como uma investigação tanto teórica quanto empírica. Permitam-me enfatizar que isto *não* quer dizer que jamais devemos tratar identidades e interesses como algo dado. O enquadramento dos problemas e das estratégias de pesquisa deve ser induzido por perguntas, em detrimento de métodos, e, se não estamos interessados na formação de identidades e interesses, podemos pensar nas suposições do discurso racionalista como algo perfeitamente razoável. Nada deste artigo, em outras palavras, deve ser encarado como um ataque ao racionalismo *per se*. Pela mesma moeda, no entanto, não devemos permitir que esta postura analítica legítima se torne uma postura *de facto* ontológica com respeito ao conteúdo da teoria de terceira imagem, pelo menos não até que tenhamos determinado que a interação sistêmica não desempenha um papel importante nos processos de formação de identidades e interesses. Não devemos escolher nossas antropologias filosóficas e teorias sociais prematuramente. Ao argumentar que não



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

podemos derivar uma estrutura de autoajuda de identidades e interesses unicamente do princípio da anarquia – ao argumentar que a anarquia é o que os estados fazem dela – este artigo desafiou uma importante justificativa para ignorar os processos de formação de identidades e interesses na política mundial. Como tal, o artigo ajuda a definir o palco de pesquisa às questões empíricas levantadas acima e, portanto, ao debate sobre se as suposições comunitaristas ou individualistas são um melhor fundamento para a teoria sistêmica.

Tentei indicar, pelo exemplo bruto, o que tal agenda de pesquisa poderia ser. Seu objetivo deve ser o de avaliar a relação causal entre a prática e a interação (como variáveis independentes) e as estruturas cognitivas em nível de estados individuais e de sistemas de estados que constituem identidades e interesses (como variáveis dependentes) – isto é, a relação entre o que os atores *fazem* e o que eles *são*. Podemos ter alguma noção *a priori* de que atores estatais e estruturas sistêmicas são “mutuamente constitutivos”, mas isto nos diz pouco na ausência de um entendimento de como as mecânicas da interação diádica, triágica e de ator-*n* moldam e são, em retorno, moldadas pelas “pilhas de conhecimento” que constituem coletivamente identidades e interesses e, mais amplamente, que constituem as estruturas da vida internacional. Especialmente importante a esse respeito é o papel da prática de moldar atitudes em direção ao caráter da naturalidade dessas estruturas. Como e por que os atores reificam estruturas sociais, e sob quais condições eles desnaturalizam tais reificações?

O estado-centrismo dessa agenda pode chocar alguns, especificamente os pós-modernos, como algo “depressivamente familiar”¹⁰³. A importância dos estados relativamente às corporações multinacionais, aos novos movimentos sociais, às transnacionais e às organizações intergovernamentais está claramente em declínio, e formas “pós-modernas” de política mundial merecem mais atenção de pesquisa do

¹⁰³ Yale Ferguson e Richard Mansbach, “Between Celebration and Despair: Constructive Suggestions for Future International Theory”, *International Studies Quarterly* 35 (Dezembro 1991), pág. 375.

Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>



que se tem recebido. Mas também acredito, como os realistas, que no médio prazo os estados soberanos permanecerão os atores politicamente dominantes no sistema internacional. Qualquer transição para novas estruturas de autoridade e identidade política globais – para políticas “pós-internacionais” – será mediada e dependente da resolução institucional específica da tensão entre a unidade e a diversidade, ou do particularismo e da universalidade, que é o estado soberano¹⁰⁴. Em tal mundo, deverá continuar existindo espaço para teorias de política interestatal anárquica, ao lado de outras formas de teoria internacional; até este ponto, sou estadista e realista. Argumentei neste artigo, no entanto, que o estadismo não precisa estar vinculado a ideias realistas sobre o que “estado” deve significar. As identidades e os interesses do estado podem ser coletivamente transformados dentro do contexto anárquico por vários fatores – individuais, domésticos, sistêmicos ou transnacionais – e, como tal, são uma importante variável dependente. Tal reconstrução da teoria internacional estadocêntrica é necessária se formos teorizar adequadamente sobre as formas emergentes de identidade política transnacional que os estados soberanos ajudarão trazer à existência. Neste ponto, espero que o estadismo, assim como o estado, possa ser historicamente progressivo.

Argumentei que os proponentes do “liberalismo forte” e os construtivistas podem e devem unir forças e contribuir para uma teoria internacional orientada para o processo. Cada grupo tem fraquezas características que são complementadas pela força do outro. Em parte pela decisão de adotar uma abordagem teórica de escolha para a construção da teoria, os neoliberais têm sido incapazes de traduzir seus trabalhos sobre a construção de instituições e de aprendizagem complexa a uma teoria sistêmica que escape da prioridade explanatória da preocupação realista com a estrutura. Sua fraqueza, em outras palavras, é uma prolongada falta de vontade para

¹⁰⁴ Para excelentes discussões sobre essa tensão, Cf. Walker, "Sovereignty, Identity, Community"; e R. B. J. Walker, "Security, Sovereignty, and the Challenge of World Politics," *Alternatives* 15 (Inverno 1990), pág. 3-27. Sobre as dependências institucionais, Cf. Stephen Krasner, "Sovereignty: An Institutional Perspective," *Comparative Political Studies* 21 (Abril 1988), pág. 66-94.



TRADUÇÃO: A ANARQUIA É O QUE OS ESTADOS FAZEM DELA... (ALEXANDER WENDT)

transcender, em nível de teoria sistêmica, a suposição individualista de que as identidades e os interesses são exogenamente dados. Os construtivistas trazem a essa falta de resolução uma ontologia comunitária sistemática, na qual o conhecimento intersubjetivo constitui identidades e interesses. Em sua parte, no entanto, os construtivistas têm frequentemente devotado demasiado esforço às questões de ontologia e de constituição e pouco esforço às questões causais e empíricas sobre como as identidades e os interesses são produzidos pela prática em condições anárquicas. Como resultado, os construtivistas não levaram a cabo os discernimentos neoliberais de aprendizagem e cognição social.

Uma tentativa de utilizar um discurso interacionista simbólico-estruturacionista para fazer ponte entre as duas tradições de pesquisa, nenhuma das quais subscrevem a tal discurso, provavelmente não irá agradar a ninguém. Mas, em parte, isto se deve ao fato de os dois “lados” terem se pendurado nas diferenças sobre o *status* epistemológico da ciência social. O estado das ciências sociais e, especificamente, das relações internacionais é de tal forma que as prescrições e conclusões epistemológicas são, na melhor das hipóteses, prematuras. Questões diferentes envolvem diferentes padrões de inferência; rejeitar certas questões porque suas respostas não podem se conformar aos padrões da física clássica é cair na armadilha da ciência social conduzida pelo método, em vez da pergunta. Pela mesma moeda, no entanto, abrir mão das restrições artificiais das concepções do positivismo lógico sobre a investigação científica não nos força a abrir mão da “Ciência”. Além disso, há pouca razão para atribuir tanta importância à epistemologia. Nem o positivismo, nem o realismo científico ou nem o pós-estruturalismo, explicam-nos a estrutura e as dinâmicas da vida internacional. As filosofias da ciência não são teorias de relações internacionais. A boa notícia é que os “liberais fortes” e os construtivistas modernos e pós-modernos estão fazendo perguntas semelhantes sobre a substância das relações internacionais, o que diferencia ambos os grupos da aliança neorrealista-racionalista.



RODRIGO DUQUE ESTRADA

Os “liberais fortes” e os construtivistas têm muito a aprender um com o outro, caso possam enxergar isso através da fumaça e do calor da epistemologia.

Tradução

Recebido em 09.01.2013

Aprovado em 26.08.2013